

CGTP promove campanha nacional durante 2002

# Direitos para valer

Para responder à ofensiva do patronato e do Governo, a CGTP vai, durante o próximo ano, realizar uma série de acções com o objectivo de divulgar os direitos dos trabalhadores e estimular o seu exercício, como melhor forma de preservar matérias fundamentais, reconhecidas na lei e na contratação colectiva.

Pág. 5



Patrões devem 20 milhões de contos a 20 mil trabalhadores

# Falências por pagar

No último ano, a dívida a trabalhadores de empresas que faliram ou encerraram aumentou 712 mil contos. A média, segunda a União dos Sindicatos de Lisboa, ultrapassa no distrito os mil contos por trabalhador, em 293 casos que têm, na maioria, mais de 5 anos.

Mas estão ainda por resolver 9 processos que vêm da década de 70.

Centrais

## Lutas no Secundário

### Novas perspectivas

Abrem-se novas perspectivas para a luta dos estudantes do ensino secundário. O *Avante!* entrevista Rui Mota, dirigente associativo de Coimbra, que fala sobre as reivindicações.

Pág. 9

## Argentina

### O fracasso do liberalismo

A revolta popular que, na semana passada, mergulhou a Argentina no caos deixou um trágico balanço de três dezenas de mortos. O novo presidente suspende o pagamento da dívida.

Pág. 11

## Mensagem de Carvalhas

### Comunidades portuguesas

Carlos Carvalhas dirigiu às Comunidades Portuguesas, e principalmente àqueles emigrantes que vivem situações de exclusão social, uma mensagem de fim de ano exprimindo a solidariedade do PCP.

Pág. 32

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNE-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.º A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros

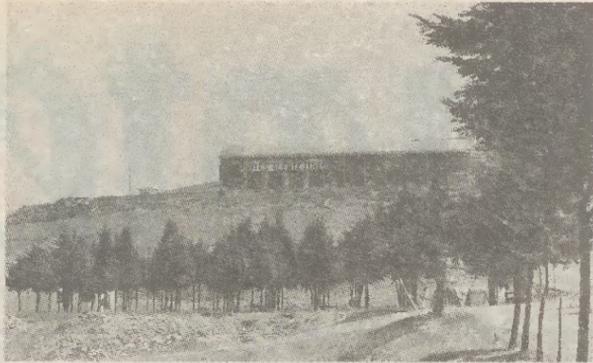
25 números: 4 600\$00  
23,00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



**Sindicato contesta venda das Pirites Alentejanas às Minas de Portugal**

## Resumo

### 19 Quarta-feira

A dirigente do Partido Ecológico «Os Verdes», Manuela Cunha, defende junto do Presidente da República, Jorge Sampaio, a realização de eleições antecipadas • A Inspeção-Geral do Trabalho responsabiliza a Brisa Auto-Estradas de Portugal pela falta de segurança na construção do viaduto na A2 que levou à morte de cinco trabalhadores no passado dia 12 de Dezembro • Um alto responsável do Hamas afirma que o movimento radical islâmico decidiu suspender os atentados suicidas contra Israel.

### 20 Quinta-feira

O Presidente da República recebe o PCP, o PS e o PSD, terminando assim a ronda de audiências com os partidos políticos, na perspectiva de dissolução do Parlamento e convocação de eleições gerais antecipadas • Os funcionários da Rádio Capital iniciam uma greve de 24 horas em protesto pelo atraso no pagamento do subsídio de Natal • Oitenta trabalhadores da fábrica de rações para animais Provimi, em Alverca, estão em greve exigindo aumentos salariais • Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 22 países membros da Liga Árabe reúnem-se no Cairo, em sessão de emergência, para analisar a situação no Médio Oriente.

### 21 Sexta-feira

Os trabalhadores da Portucel cumprem uma paralisação de 24 horas exigindo aumentos salariais de 4,5 por cento, um aumento de dois por cento nos subsídios de turno e a participação nos lucros da empresa • Os carteiros entram em greve como sinal de protesto contra o actual horário laboral • Os líderes do Hamas, em reunião com oficiais da Autoridade Palestiniana, na Faixa de Gaza, decidem acabar com os ataques suicidas em Israel • O presidente do Senado argentino, Ramón Puerta, assume interinamente a chefia de Estado a partir da aceitação da renúncia de Fernando de la Rúa pela Assembleia Legislativa.

### 22 Sábado

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira contesta a forma como o processo de vendas do capital da EDM nas Pirites Alentejanas às Minas de Portugal foi realizado • A Índia e o Paquistão trocam tiros de artilharia na região de Caxemira • O governo iraquiano garante que tem capacidade para resistir a um ataque norte-americano no âmbito da «guerra contra o terrorismo» • A polícia palestina, detém no Norte de Gaza, o chefe da ala militar da Jihad Islâmica, Chadi Mohanna.

### 23 Domingo

Quatro freguesias repetem a votação para as eleições autárquicas, depois de as terem boicotado no dia 16 • Yasser Arafat promete celebrar o Natal em Belém apesar da decisão de Israel de impedir a peregrinação anual do líder histórico da luta pela liberdade da Palestina àquela cidade • As 18 lojas Marks & Spencer em França encerram as portas, no âmbito da decisão do grupo fechar as lojas da Europa continental e concentrar a sua actividade no Reino Unido • O presidente interino da Argentina, Adolfo Rodríguez Saa, é empossado no cargo após a sua nomeação ter sido aprovada pelo Parlamento.

### 24 Segunda-feira

Os trabalhadores dos Transportes Postais voltam a paralisar em protesto contra a sua manutenção na categoria profissional de carteiros, uma vez que exercem funções de motoristas • A Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra ameaça ocupar à força determinadas instalações públicas e militares, caso o Governo não satisfaça o quadro reivindicativo dos ex-combatentes • O novo governo da Argentina anuncia o início da primeira fase de um programa para a criação de postos de trabalho, ao qual já aderiram três províncias.

### 25 Terça-feira

As autoridades marítimas decidem suspender as buscas para encontrar os passageiros do navio cipriota que naufragou ao largo dos Açores • Três palestinianos ficam feridos quando tropas israelitas abriram fogo contra residentes na localidade de Rafah, na fronteira sul de Gaza • A presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, lamenta a interdição feita pelo governo israelita a Yasser Arafat de assistir à missa de Natal, em Belém, na Cisjordânia • O antigo presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachov, critica o seu sucessor no cargo, considerando que Boris Ieltsin é um «homem mentiroso» e em quem «não se pode confiar».

### 26 Quarta-feira

O ministro da Defesa, Rui Pena, garante que o contingente português estacionado na Bósnia não irá ser reduzido, justificando esta opção com a situação no terreno, que «está ainda instável e a necessitar de cuidados intensivos» • A FLEC-Renovada reivindica a morte de sete soldados angolanos numa emboscada em S. Vicente, arredores da cidade de Cabinda • O presidente palestiniano, Yasser Arafat, pede à comunidade internacional para enviar «rapidamente» observadores internacionais para os territórios da Palestina.

## Aconteceu

### Termina Porto 2001

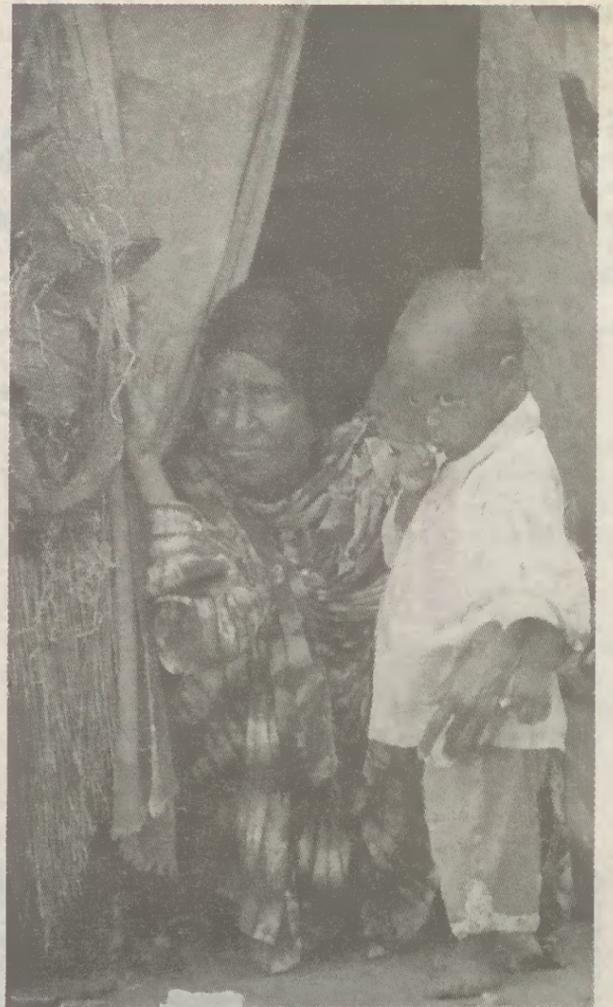
O Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura - terminou sábado. Entretanto, as conclusões da Eurosondagem publicadas na imprensa indicaram que: mais de metade da população nacional aprovou a iniciativa, muito embora tenham sido poucos os que assistiram aos espectáculos.

De acordo com o estudo, apenas 22 por cento dos portugueses diz que o balanço não é positivo nem negativo. Quanto à cidade, depois de um ano de obras e de programas, para 43 por cento dos inquiridos ficou melhor, para nove por cento, pior. No entanto, só 18 por cento dos portugueses inquiridos

assistiram a alguma iniciativa da Porto 2001.

Quando se faz uma divisão regional, as respostas são bastante diferentes, quase 60 por cento dos habitantes da área metropolitana do Porto estiveram em, pelo menos, um dos espectáculos da Porto 2001. A taxa menor de penetração é nos residentes do Sul e do resto do Norte de Portugal, com 94 por cento de respostas negativas.

Quanto ao impacto na cidade, os habitantes do Sul consideram que o Porto ficou melhor depois da Capital Europeia da Cultura, do que os próprios residentes da área metropolitana do Porto.



### OMS contra a pobreza

Oito milhões de mortes anuais devido a infecções e doenças maternas podem ser evitadas se os países desenvolvidos aumentarem os seus investimentos na área da saúde nos países mais pobres. Esta é a conclusão de um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgado na passada semana.

O estudo sublinha que a contribuição

dos países mais desenvolvidos na área da saúde terá de atingir os 27 milhões de dólares anuais em 2007, um aumento significativo face aos seis milhões actuais. O investimento na saúde nos países pobres tem, no entanto, de ascender aos 66 milhões de dólares, pelo que também os países menos desenvolvidos terão de fazer um importante es-

forço, refere o relatório.

Em termos *per capita*, os gastos necessários para enfrentar os problemas básicos de saúde nos países pobres terão de aumentar dos 13 dólares actuais para os 30 a 40 dólares anuais. Estes valores contrastam com os 200 dólares por habitante anualmente gastos nos países desenvolvidos.

### Fidel Castro acusa EUA

O presidente cubano, Fidel Castro, expressou na passada semana a sua convicção de que os cinco cubanos julgados e condenados nos Estados Unidos «regressarão a Cuba». «Não temos a menor dúvida de que vão regressar porque a nossa luta é justificada, porque foram condenados a severas penas a partir de mentiras grosseiras e absurdas», afirmou o dirigente cubano.

Fidel discursou durante uma cerimónia no centro escolar «Libertad» para assinalar o quadragésimo aniversário da campanha de alfabetização, cerimónia a que assistiram alguns familiares dos cubanos detidos em Miami.

Dois dos arguidos foram condenados a prisão perpétua,

outros dois a 15 e 19 anos de prisão e, para amanhã, está marcada a leitura da sentença do quinto elemento deste grupo, que deverá ser também condenado a prisão perpétua. Castro afirma que a esperança no regresso dos seus compatriotas não está nos trâmites legais, mas sim «no tribunal supremo da opinião pública mundial, da opinião do povo norte-americano».

«Como podem condenar a prisão perpétua estes patriotas, de convicções tão profundas, que defendiam a sua pátria da morte e do terror, jovens exemplares de uma insuperável dignidade, cujo papel era evitar que 10, 100 ou milhares de compatriotas morressem?», concluiu.

### Campanha «Viver 2001»

O balanço da operação «Viver 2001» da Brigada de Trânsito da GNR atingiu 1644 acidentes, que provocaram 20 mortos, 91 feridos graves e 494 feridos ligeiros.

A operação, cuja primeira fase terminou às zero horas de

quarta-feira, registou um abrandamento do número de acidentes, em relação a idêntico período do ano passado.

Os números da Brigada de Trânsito contam menos 363 acidentes do que o verificado em 2000, mas as consequen-

cias foram mais desastrosas, provocando mais um morto e mais 29 feridos graves.

A segunda fase da operação «Viver 2001» é retomada às zero horas de hoje, terminando às 24 horas do dia 2 de Janeiro do novo ano.

## Crónica Internacional

• Albano Nunes

# Um estímulo para a luta

O X Encontro do Forum de São Paulo (FSP), que se realizou de 4 a 7 de Dezembro em Havana, revestiu-se de uma particular importância. Numa conjuntura internacional caracterizada pela violenta ofensiva imperialista que a guerra contra o povo do Afeganistão simboliza, é encorajador confirmar que na América Latina e em todo o mundo há forças numerosas que resistem e lutam com confiança.

O FSP nasceu em 1990 num contexto marcado pela desagregação da URSS e as derrotas do socialismo na Europa, no quadro de uma poderosa campanha visando desacreditar os ideais, os valores e as experiências do socialismo e consagrar o próprio capitalismo como sistema inultrapassável. E em que o assalto neoliberal era apresentado como a «ordem natural das coisas», conduzindo a uma nova era de democracia, paz e progresso social. Tudo isto gerou abatimentos, renúncias, traições e não poucas ilusões, quanto a salvadoras vias «terceiras» que dispensassem um esforço sério de organização e a luta popular e permitissem o acesso da «esquerda» ao poder pelo simples jogo eleitoral. Tudo isto foi (e continua a ser) objecto de uma intensa luta ideológica em torno da questão da alternativa

ao neoliberalismo, com os partidos da social-democracia procurando contrariar o impulso anticapitalista e anti-imperialista que marca os debates e os documentos do FSP.

Dez anos depois da gigantesca campanha sobre a «morte do comunismo» e da criminalização dos primeiros empreendimentos de construção de uma nova sociedade liberta de exploração e opressão de classe, o neoliberalismo, e com ele o capitalismo, está sentado no banco dos réus. Do Rio Grande à Terra de Fogo, a América Latina é um imenso desastre económico, social, ecológico. São numerosos os países onde a pobreza atinge mais de 50% da população e o desemprego oficial mais de 20% e mesmo 30% dos trabalhadores. E, enquanto uma imensa massa de deserdados luta desesperadamente por emprego, terra e pão e procura fugir à indigência e às malhas da marginalidade e do crime organizado que o sistema tece, um punhado de oligarcas, de latifundiários, de especuladores, de testas-de-ferro das multinacionais e do imperialismo vive instalado na mais insultuosa riqueza.

Este estado de coisas que está a ser posto em causa de uma ponta a outra do continente, com a generalização do descontentamento e das lutas populares e significativos avanços de forças de esquerda, embora se reconheça um atraso do factor subjectivo. As próprias contradições e impasses do capitalismo revelam-se com toda a nitidez, como na recessão e a ameaça de depressão nos EUA, ou na crise devastadora que atinge países como a Argentina, onde é real a possibilidade de colapso económico e financeiro.

A crise do neoliberalismo, do capitalismo, foi um tema que marcou os debates do Encontro de Havana. Outro foi a situação criada pela escalada agressiva dos EUA após os ataques terroristas de 11 de Setembro e a necessidade de combater firmemente propósitos de criminalização das forças revolucionárias e anti-imperialistas. São duas questões profundamente ligadas. O imperialismo, e em primeiro lugar os EUA, está decidido a dar uma resposta de força, violenta, totalitária às insuportáveis contradições do mundo contemporâneo. Para salvar a sua «civilização» e o seu «modo de vida» necessita de continuar e mesmo intensificar a pilhagem dos povos latino-americanos. É esse o conteúdo do ALCA - Acordo de Livre Comércio Americano -, projecto global de recolonização do continente que o FSP frontalmente denunciou. É esse o sentido do reforço da presença militar norte-americana e as ameaças de intervenção directa, nomeadamente no triângulo Colômbia-Venezuela-Ecuador, sem esquecer outros países, nomeadamente Cuba, permanentemente na mira dos EUA, mas mostrando na prática a superioridade e a necessidade do socialismo. Uma necessidade que se torna tanto mais nítida e mobilizadora quanto, como disse Fidel no seu discurso de encerramento, estabelecendo um interessante paralelismo com as dificuldades de Cuba após a desagregação da URSS, hoje é a vez do imperialismo, do neocolonialismo e do capitalismo entrarem em «período especial».

## Editorial

# COM A CONSCIÊNCIA TRANQUILA

Reunindo dois dias após as eleições autárquicas, o Comité Central do PCP procedeu a uma primeira avaliação dos resultados obtidos, sublinhando desde logo o conteúdo negativo desses resultados e a necessidade de proceder a uma análise global e circunstanciada da cada situação. Sem pretender atenuar os aspectos negativos, antes por imperativo de verdade e rigor, o CC chamou a atenção para a importância de, sendo indispensável reconhecer esses aspectos, não embarcar em leituras que, tendendo à generalização do negativo, ignoram ou fingem ignorar dados relevantes de sentido oposto. E o CC pronunciou-se sobre a importância e a premência da intervenção activa e confiante do colectivo partidário nas próximas legislativas.

Sobre esta matéria, têm alguns membros do Partido (beneficiando dos habituais favores da habitual comunicação social) produzido declarações públicas que não só em nada contribuem para a análise serena e lúcida que a situação impõe (bem pelo contrário) como configuram uma autêntica *declaração de guerra* ao Partido e às suas características. Desferindo uma muito específica e cirúrgica rajada de disparos, procu-

“Para o PCP, o adversário principal é a política de direita»”

ram capitalizar, em favor de projectos políticos antipartidários, a justa decepção dos militantes comunistas face aos resultados das autárquicas. Assim, à margem e em afrontamento das normas do funcionamento partidário; em desrespeito profundo pelas conclusões do XVI Congresso do Partido; recorrendo a práticas inaceitáveis e condenáveis e dominadas por uma total ausência de ética política e partidária – as atitudes desses membros do Partido traduzem-se, de facto e por isso mesmo, em factores de divisão, em obstáculos às batalhas que temos pela frente e, de forma particular, à batalha das legislativas e à obtenção de um bom resultado eleitoral.

Daí o esforço maior que, naturalmente, assumiremos – com a consciência das dificuldades que tal batalha comporta mas, claramente, rejeitando leituras e pré-conclusões fatalistas e intervindo na campanha com a determinação e a confiança que a situação nos exige.

O PS fez, e anuncia estar disposto a continuar, uma política que, no essencial, não se distingue da que o PSD executou enquanto foi governo – política que, recorde-se, o PCP (honrando a sua natureza e o seu projecto) combateu como nenhuma outra força política o fez, através de múltiplas formas de luta. E quem vir nesta prática do PCP a intenção de fazer do PS o seu adversário principal, ou não quer ver a realidade dos factos ou, pior do que

isso, abre os braços à aceitação da política de direita... desde que ela apareça com uns salpicos de esquerda cor-de-rosa para iludir os incautos. Na realidade, na situação concreta que vivemos, para o PCP o adversário principal é a política de direita, quer ela seja executada pelo PSD quer pelo PS.

A postura de Ferro Rodrigues é elucidativa da sua intenção de, caso o PS seja maioritário, prosseguir a política que levou à demissão de António Guterres. O líder substituto do PS traçou como objectivo alcançar a maioria absoluta e, no caso de a não obter... ou se alia ao PP, ou faz o favor de admitir um acordo pós-eleitoral com o PCP se... o PCP mudar, isto é, se o PCP deixar de ser o que é e quer ser e passar a ser o que ao PS interessa que o PCP seja. Assim como quem diz: *deixem de ser comunistas, apoiem a política que o PS tem vindo e quer continuar a fazer, e então é possível entendermo-nos*. Essa mudança que o sucessor de Guterres exige aos comunistas traduzir-se-ia, naturalmente, na aceitação, por parte do PCP, da essência da política que PSD e PS têm vindo, no geral, a levar à prática. Traduzir-se-ia, ao fim e ao cabo, na transformação do PCP naquilo em que o PS (e não só) pretende transformá-lo: um apêndice do PS; um tampão à justa luta dos trabalhadores contra a política de direita e por melhores condições de trabalho e salariais; uma voz muda face aos atentados aos direitos e interesses da Juventude; um espectador passivo da política de domínio pelos grandes grupos económicos e fortemente penalizadora dos interesses dos pequenos empresários; um cabisbaixo apoiante da política de subserviência aos ditames dos grandes da Europa e do Mundo. Transformação que, obviamente, o PCP rejeita.

Vamos, pois, para a próxima batalha eleitoral com a consciência tranquila. Olhando – olhos nos olhos – os eleitores e dizendo-lhes a verdade.

Dizendo-lhes que lutámos – e lutaremos – nas empresas, nas escolas, nas ruas, nas instituições pela defesa dos interesses de todos os que sofrem os efeitos negativos da política de direita.

Dizendo-lhes que a nossa luta é feita de protesto e de proposta: que é uma luta **contra** todas as medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; que é, ao mesmo tempo, uma luta **por** medidas tendentes a melhorar e (ou) minorar os efeitos negativos da política de direita – medidas que continuaremos a apresentar na Assembleia da República procurando sustentá-las em entendimentos e acordos para o efeito; que é, ainda e sempre, uma luta **por** uma política de esquerda que inicie a resolução dos grandes problemas nacionais.

Dizendo aos trabalhadores, aos jovens, às mulheres, aos reformados e pensionistas, aos pequenos e médios empresários, que podem continuar a contar com o PCP. Dizendo-lhes, também, que contamos com eles, com o seu voto, para dar mais força à luta que travamos. Dizendo-lhes e demonstrando-lhes, ainda, que – seja qual for o partido mais votado nas legislativas antecipadas – quanto mais forte for a votação na CDU melhor serão defendidos os seus interesses e direitos.

## Actual A desfaçatez e o logro

● Vítor Dias

No rescaldo das autárquicas, explorando amarguras compreensíveis e beneficiando de desatinos lamentáveis, aí estão de novo não só uma arrogante desfaçatez mas também a premeditada construção de um perigoso logro.

Quanto à desfaçatez, fiquemo-nos por Fernando Rosas e José António Lima.

O primeiro, esquecido de que tem uma idade bastante superior à de mais de 62% dos candidatos da CDU às CM e AM, não só se permitiu uma referência estúpida a «alguns autarcas mais ou menos jurássicos» da CDU como, de pronto, veio sentenciar que os 10,6% (sem Lisboa) da CDU (que ele arredondou para 10%) seriam um «prenúncio sombrio» para a CDU em legislativas.

Só foi pena não nos ter dito se é um «prenúncio risonho» para o Bloco de Esquerda o ter perdido um terço dos seus votos (quase o triplo da perda da CDU) em relação às legislativas e ao mesmo conjunto de concelhos em que agora concorreu e ter perdido 36% da

sua votação das legislativas na cidade de Lisboa (ou seja, uma percentagem superior à perdida por «Amar Lisboa»).

Já J. A. Lima, cego de preconceito, consegue espantosamente achar que o processo de «esvaziamento político-eleitoral do CDS-PP» é «semelhante»



ao do PCP e descobre mesmo «a «udêpização» do PCP a Sul». E, como se calcula, tem toda a razão: 41,8% no distrito de Setúbal, 38,7% no distrito de Beja e 41,1% no distrito de Évora são mesmo as deprimentes e baixíssimas votações que autorizam a tese da «udêpização» do PCP a Sul.

Mas, pior que tudo isto é, nos dias que passam, a construção desse monumental logro político que consiste em, por

susto com o (ou a pretexto do) «avanço da direita», pretender rasurar da memória dos eleitores de esquerda tudo o que de mais sintomaticamente negativo aconteceu nos últimos seis anos de governação do PS, favorecer expectativas tão benévolas quanto desarmadas em torno de outra cara na liderança do PS, e obscurecer a vital afirmação própria de uma política e de um projecto distintos dos da direita e dos do PS.

E é a esta luz, com eleições antecipadas diante dos olhos, que sustentar que «a maior das prioridades políticas» é «a consideração de uma linha de unidade democrática» (em que o PS se borrifou durante 6 anos, acrescentamos nós) para «impedir o ascenso da direita» é estar a pedir uma desastrosa amálgama entre os mais recentes executantes da política de direita e os seus mais firmes opositores à esquerda, e é arredar do centro do debate eleitoral as lições amargas da governação PS e o conteúdo da política alternativa necessária, o que desfavoreceria a votação na CDU que, lembre-se, conta sempre para a derrota da direita e, quanto maior, mais contará para uma política e uma alternativa de esquerda.

## Pela esquerda, sem hesitações

● Jorge Cordeiro

Sem ponta de originalidade e recheado dos mesmos e deliberados equívocos, Vital Moreira não resistiu a regressar ao truque recorrente de procurar em outros razões para ilibar as responsabilidades do seu próprio partido. Para ele, a deliberada orientação que o PS assumiu, desde a primeira hora, de manter em linhas essenciais e nas questões mas estruturantes, o que pela mão do PSD havia sido prosseguido, resultaria não de vontade e determinação próprias do PS, mas de falta de apoios para seguir noutro sentido.

Como a vida tem provado, o que o PS menos precisa é de ajuda ou empurrões para o encostar à direita. É para lá que, sem hesitações, tem invariavelmente optado ir, pelos seus pés e a passo largo.

Não foi por terem sido empurrados que o PS e o seu Governo optaram por alinhar todos os orçamentos por critérios de convergência com os principais interesses da direita e do grande capital. Não foi por ter sido empurrado que o PS privilegiou, em muitos e importantes momentos (recordemos apenas o do aumento das reformas), o estender de mãos ao PP, em claro detrimento das propostas e iniciativas do PCP. Não foi por ter sido empurrado que o PS, uma vez mais, optou por uma revisão constitucional cozinhada e viabilizada à

direita. Não foi por ter sido empurrado que o PS, cedendo à pressão do grande capital financeiro, recuou no que, pela acção e iniciativa do PCP, se tinha avançado em matéria de política fiscal.

Ao contrário do que afirmam algumas almas distraídas, se alguém fez de alguém o seu inimigo principal, as eleições autárquicas aí estão para provar que, desde a primeira à última hora, o PS privilegiou como seu objectivo essencial fazer da CDU e das suas autarquias (em contraste com a sua atitude de disputa à direita) o seu inimigo e alvos principais.

Só por caricatura ou raciocínio tortuoso se pode pretender atribuir ao PCP a atitude de não contribuir, pela sua iniciativa e apoio, para apresentar as propostas e fazer aprovar o que de positivo poderia ter aprovado. E só por dose maior de má-fé se pode pretender atribuir a outros responsabilidades que, no todo, pertencem a si próprios.

Mas já que do balanço final deste ciclo se tem de concluir que, empurrados ou por passo próprio, há quem não resista a encostar-se à direita, o melhor e mais seguro, mesmo, é que todos os que aspiram a uma política de esquerda dêem o seu apoio e o seu voto a quem dá garantias de seguir, firme e sem hesitações, pela esquerda.

## O Natal já passou

● Aurélio Santos

Éis a expressão dificilmente evitável em período carregado de fortes simbolismos. Mesmo nas caras mais severas e menos propícias a olhar generoso, parece haver o ricto permanente e comum de um sorriso, tentando agradar, para seu próprio contentamento obrigacional.

A data do Natal, 25 de Dezembro, foi fixada pela Igreja católica mais ou menos no século IV, tendo tido datas anteriores, uma delas 25 de Março, coincidindo com as festas camponesas da Primavera e celebrada depois pela Igreja como a anunciação a Maria. Não importando muito, no cômputo de mais de 2000 anos, nove meses para trás ou para a frente, o que interessa é que o Natal se generalizou no mundo como advento de um novo ano, de um novo tempo, do momento auspicioso de uma nova época.

Mas se no comércio social de sentimentos o Natal se transformou numa instigação ao consumo que investe selvaticamente num mar de compras, tantas vezes apressadas no medir de dar e receber, existe também a vertente

política da chegada breve que, na contagem do tempo, se chama Ano Novo. E nessa vertente há talvez ainda mais profundo consumismo. Talvez ainda mais forte ambição de troca com lucro.

Se nas estradas do mundo, em sociedades a que alguma ideologia de direita convencionou chamar de «livre e ocidental», há longos engarrafamentos, de férias natalícias atacadas pelo mau tempo, em muitos sítios do planeta há outra espécie de impedimentos a um trânsito humano que permita seguir em frente. Festeja-se a paz enquanto se faz a guerra. E as famílias norte-americanas celebram um Natal que contrasta com a morte causada por armas cada vez mais cruéis entre elas fabricadas e depois testadas sobre outra carne humana.

Por aqui, a guerra é outra. Procura-se a compra de maiorias absolutas nas próximas legislativas. Prometem-se grandes

saldos para o próximo ano. E por entre os cânticos de Natal eis que há quem lance de novo nos altifalantes a velha cassete, já riscada, requerendo ao PCP um haraquiri político, com amputação de identidade, função e património (ou em versão mais hard, programa, estatutos, direcção). A troca de licença para entrada no mercado como partido pronto a vestir. Talvez esperando por quem levantasse o dedo solícito, a dizer: eu cá estou, contem comigo...

Acontece que o PCP já deu resposta a esse peditório no ano passado e não é partido para dançar a música que um qualquer disc-jockey lhe queira impor.

«É tempo de Natal, é tempo de ser bom» — dizia-se ironicamente num poema de Sidónio Muralha, se a memória não me falha. Mas há questões (e ocasiões) em que «ser bom» é pecado. E o Natal já foi, já passou.



## Frases

“Frente ao espelho do gabinete governamental, Sharon inchou como um balão de ar. Acabou criticado na rua por dirigentes israelitas, da esquerda à direita, pois todos têm ainda vivos na memória os resultados de quem pretende transformar a fanfarro-nice brejeira em política. Sharon apenas tentou achincalhar e nada mais: já sabíamos que Arafat se encontrava em prisão domiciliária e que o poderio bélico israelita é, há muito, dominante.”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 26.12.01)

“A renitência cega de Sharon levou-o a favorecer politicamente Arafat. A ausência forçada do líder palestino da Missa do Galo em Belém transformou-se no caso político deste Natal. Um caso de que Israel saiu claramente a perder.”

(Nuno Pacheco, Público, 26.12.01)

“Sharon parece decidido a fazer de Israel uma teimosa centopeia que não se importa de dar tiros nos pés porque imagina ter sempre pés de sobra. A verdade é que não tem.”

(idem, ibidem)

“O PP desapareceu em combate. O PS fechou para balanço, reabrirá em euros, quase em gamas ou a ferros. O PSD vai promover a concórdia no saco dos gatos, pondo um gato em cada saco.”

(Álvaro Domingues, idem)

“E que vemos hoje? Uma só superpotência, os EUA, beneficiando de um monopólio político-militar absolutamente inédito na História (...) Hoje no mundo vige um governo global virtual, compacto, absoluto e imoderado. E ditatorial, porque, ainda que partindo de um país com uma Constituição democrática, exerce uma dominação universal não apoiada em qualquer instrumento de legitimidade democrática fora das suas fronteiras.”

(Sebastião Lima Rego, idem)

“Dez anos depois da queda da URSS, que todos os democratas saudaram com entusiasmo, não há praticamente Direito Internacional, existe sim a imposição de um centro de poder incontrolado.”

(Idem, ibidem)

“O triste e lamentável espectáculo a que se tem assistido depois das eleições autárquicas mostra que os actuais partidos políticos começam a ser parte do problema e não da solução de Portugal e da sua democracia.”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 24.12.01)

“Enquanto o PS se apresentou com suplentes à garrafa de água ou com superconvencidos da vitória, o PSD jogou ministériáveis: Santana, Encarnação, Capucho, Frexes, Rio foram uma respeitosa vénia que o PSD fez às populações.”

(Oscar Mascarenhas, Diário de Notícias, 26.12.01)

“A cada momento da campanha, o futuro líder [do PS] será confrontado com a herança de Guterres. E a cada momento terá de explicar o inexplicável — por que se foi Guterres embora se o trabalho que estava a fazer era tão bom.”

(João Morgado Fernandes, Diário de Notícias, 22.12.01)

“O candidato Eduardo Ferro Rodrigues não sabe o que quer. Palavroso e oco, não tem uma ideia original na cabeça. Com a diferença do catolicismo, é uma réplica de Guterres.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 23.12.01)

“Dava-me gozo fazer uma coisa na Europa.”

(Alberto João Jardim, Público, 24.12.01)



É necessário recorrer à luta colectiva, em inúmeros casos, para exigir que sejam respeitados direitos conquistados com grandes sacrifícios e há décadas reconhecidos na lei e na contratação

CGTP promove campanha nacional durante 2002

# Direitos para valer

**P**ara responder à ofensiva do patronato e do Governo, a CGTP vai, durante o próximo ano, realizar uma série de acções com o objectivo de divulgar os direitos dos trabalhadores e estimular o seu exercício, como melhor forma de preservar matérias fundamentais, reconhecidas na lei e na contratação colectiva.

A realização da campanha foi aprovada no plenário nacional de sindicatos, que reuniu na semana passada em Lisboa e, depois de analisar a actual situação política e social, aprovou o plano geral de actividades para 2002. O lançamento da campanha será feito a 19 de Janeiro, dia em que se realizará um encontro nacional de quadros da Intersindical Nacional. No plenário ficaram já definidas as grandes linhas que vão caracterizar a campanha, tanto entre os trabalhadores como junto dos órgãos de poder e na opinião pública em geral.

## Motivos justos

No momento em que se desenvolve «uma forte ofensiva do patronato, com a cobertura do Governo, para restringir, enfraquecer, alterar para pior, quando não para eliminar direitos», «o novo quadro político poderá propiciar o agravamento da ofensiva», pelo que «os trabalhadores têm de estar preparados e reagir». Nas razões que estiveram na base da decisão de avançar com a campanha, o documento divulgado pela CGTP inclui também a verificação de que «há alguma falta de divulga-

ção e há trabalhadores que não conhecem os seus próprios direitos ou não os conhecem na totalidade», salientando que «esse desconhecimento funciona como aliado da ganância patronal».

A atitude dos representantes patronais é reflectida na «violenta pressão» para conseguir uma maior desregulamentação da legislação do trabalho, particularmente em relação aos horários e às formas de retribuição, coincidindo com declarações oficiais que apontavam para a tomada de decisões naquele sentido, aproveitando o trabalho da Comissão de Sistematização da Legislação Laboral.

«Conhecer os direitos e exercê-los constitui o factor decisivo para melhorar as condições de trabalho e é a forma mais eficaz de os defender, consolidar e melhorar», sublinha a Inter.

Com a «Campanha para a Efectivação dos Direitos dos Trabalhadores Portugueses», a CGTP propõe-se «efectuar levantamentos rigorosos, por empresa, por sector e por região, de modo a conhecer, denunciar e combater firmemente as violações e o não cumprimento dos direitos». Pretende ainda «divulgar amplamente os direitos colectivos e individuais dos trabalhadores, entre dirigentes, delegados, activistas sindicais e trabalhadores, como primeiro passo para a conquista e o conteúdo dos direitos e a importância da luta pela sua manutenção, defesa e melhoria» e «definir e aperfeiçoar formas de intervenção sindical».

## Exercer os direitos é a melhor forma de os defender, insiste a CGTP

Na Administração Pública, a CGTP defende que «a luta por mais e melhores serviços públicos (em contra-

ponto à actual orientação privatizadora e mercantilista do Governo e do poder económico) é indissociável dos direitos e do vínculo público de emprego dos trabalhadores» e que «o respeito pelo direito à negociação, a valorização dos salários, a dignificação das carreiras profissionais, o combate à precariedade e à desregulamentação são factores de efectivação dos direitos».

## Meses e meios

Para o período da campanha, a central delineou um plano de informação, que prevê o recurso a diferentes meios e uma intervenção a todos os níveis. Prevê-se a edição de guias de direitos, a publicação de contratos colectivos de trabalho, a emissão de tempos de antena na RDP e na RTP, o recurso a páginas na Internet, CD-Rom, folhetos, jornais de parede.

A campanha exige a planificação por região, sector e sindicato, para definir, designadamente, quais as empresas e matérias prioritárias e qual o calendário de iniciativas. A nível nacional, ficou marcado para 19 de Janeiro um encontro nacional de quadros, que fará o balanço anual da Formação Sindical e lançará a campanha de 2002.

O primeiro jornal de parede, para afixar nos locais de trabalho, será distribuído em Fevereiro, tal como o primeiro folheto (sobre o direito de negociação colectiva e horários de trabalho).

A 5 de Maio e a 15 de Junho realizam-se encontros de dirigentes sindicais e juristas e colaboradores dos serviços de contencioso, em Lisboa e no Porto, respectivamente.

Os resultados dos levantamentos de casos de incumprimento serão apurados trimestralmente e denunciados em tribunas públicas distritais.



## Concretamente

A actual situação nas empresas e sectores levou a CGTP a definir o leque de direitos dos trabalhadores sobre os quais vai incidir o esclarecimento, nos quatro trimestres do próximo ano. No concreto, ao falar de direitos, a central refere-se a matérias com importante expressão nas condições de trabalho e na remuneração de centenas de milhares de portugueses assalariados:

- o direito de negociação colectiva
- os abusos na celebração de contrato individual de trabalho
- o direito a um horário de trabalho definido, a férias e faltas justificadas
- o exercício da actividade sindical
- o direito de greve

- o direito ao trabalho, com um vínculo correspondente ao trabalho prestado, e a proibição do despedimento sem justa causa
- o direito a uma carreira profissional e à igualdade de oportunidades
- o direito à saúde e à segurança no trabalho
- o direito ao ensino e à formação profissional
- os direitos de maternidade e paternidade
- a protecção dos dados pessoais e direitos de personalidade
- os direitos específicos vigentes na Administração Pública
- a legitimidade dos sindicatos proporem acções judiciais em representação dos trabalhadores.



A dissolução do Parlamento está nas mãos do Presidente da República

## Previsão de dissolução condiciona actividade

As alterações ao regimento da Assembleia da República, em discussão em sede de comissão parlamentar, vão ficar suspensas, passando para a próxima legislatura. A decisão nesse sentido foi tomada na última reunião da conferência de líderes parlamentares, que decidiu não avançar com as propostas para a votação final global. Face à provável realização de eleições legislativas antecipadas, após a demissão do Primeiro-Ministro, serão os futuros deputados a decidir o que fazer com as alterações regimentais.

Mas esta não é a única matéria a «cair», caso se concretize a dissolução do Parlamento pelo Presidente da República. Sem efeito ficam também 28 propostas de lei do Governo e 240 projectos de lei.

A concretizar-se este cenário, a Assembleia da República entra em regime de gestão, funcionando apenas a sua comissão permanente que reúne em datas a marcar pela conferência de líderes.

Para além das iniciativas legislativas atrás referidas, podem ainda caducar quatro projectos de deliberação, 19 propostas de resolução, quatro pedidos de apreciação e 76 projectos de resolução que ainda se encontram pendentes e que correm o risco de ter que passar por todo o processo de admissão, distribuição, agendamento e aprovação na generalidade e, depois, na especialidade.

## Linguagem gestual em projecto de «Os Verdes»

Todos os programas exibidos pela RTP, através dos canais um e dois, devem ser obrigatoriamente legendados ou traduzidos para Língua Gestual Portuguesa. A proposta é do Partido Ecologista «Os Verdes», de acordo com um projecto de lei por si apresentado no dia 19 de Dezembro.

O diploma propõe uma alteração da actual Lei da Televisão (31-A/98, de 14 de Julho), que, sobre esta matéria, inclui uma norma meramente «programática» e, por esse motivo, não tem estado a ser cumprida, segundo a deputada, de «Os Verdes», Heloísa Apolónia.

No fundo, trata-se de transformar uma norma «programática» numa norma «obrigatória», observou, defendendo estar em causa «a garantia de um direito» que afecta directamente uma comunidade constituída por milhares de pessoas.

Segundo dados da Associação Portuguesa de Surdos (APS), estima-se que existam em Portugal cerca de 150 mil surdos, além de outros milhares de pessoas que possuem deficiência auditiva em vários graus. Para a deputada ecologista, dotar «todos» os programas de legendagem ou de um intérprete de Língua Gestual (essencial, por exemplo, nas emissões em directo) não significará para a RTP um agravamento das despesas, já que a empresa possui todos os meios técnicos para activar este procedimento.

Em Portugal, o problema é que, mesmo que se consiga mudar a situação na RTP, enquanto serviço público, será sempre difícil actuar ao nível das televisões privadas, sustentou. A Língua Gestual Portuguesa é reconhecida oficialmente desde 1997.

Governo falha compromisso no Fundo de Pensões Gestenave e mantém um silêncio comprometedor

## Voltar à luta

O Governo ainda não explicou as razões para o incumprimento do acordo que estabelece uma participação de verbas anuais do Estado para o Fundo de Pensões Gestenave.

Esse compromisso do Governo, assumido em Outubro de 1998, aquando da constituição daquele Fundo de Pensões, prevê o pagamento de determinados montantes anuais através de várias tranches até 31 de Maio de 2002.

No ano em curso, porém, sem que nada o fizesse prever, o Governo não cumpriu com as verbas estipuladas no acordo estabelecido. O que está a levantar legítimas preocupações junto dos mais de quatro mil trabalhadores e pensionistas abrangidos pelo protocolo de acordo para a reestruturação da Lisnave assinado em

Abril de 1997 entre o Estado português e o Grupo Mello.

Nos termos desse protocolo, mais concretamente no seu ponto 15, recorde-se, foi estabelecido um plano de pré-reforma dos trabalhadores a vigorar até 31 de Dezembro de 2007, o qual previa que os respectivos custos seriam suportados pelo Estado no âmbito da vertente social do referido plano de reestruturação.

Muito preocupado com este quadro que lança nuvens negras sobre o futuro de 4000 famílias está também o Grupo Parlamentar do PCP, que, através do

deputado Vicente Merendas, inquiriu já o Governo sobre as razões que o levaram a desrespeitar o acordo em relação às verbas estipuladas.

Em requerimento dirigido aos ministérios das Finanças e Economia, o parlamentar pergunta ainda quando tenciona o Executivo «repor as verbas em causa por forma a garantir o futuro do Fundo e os compromissos em relação às pré-reformas».

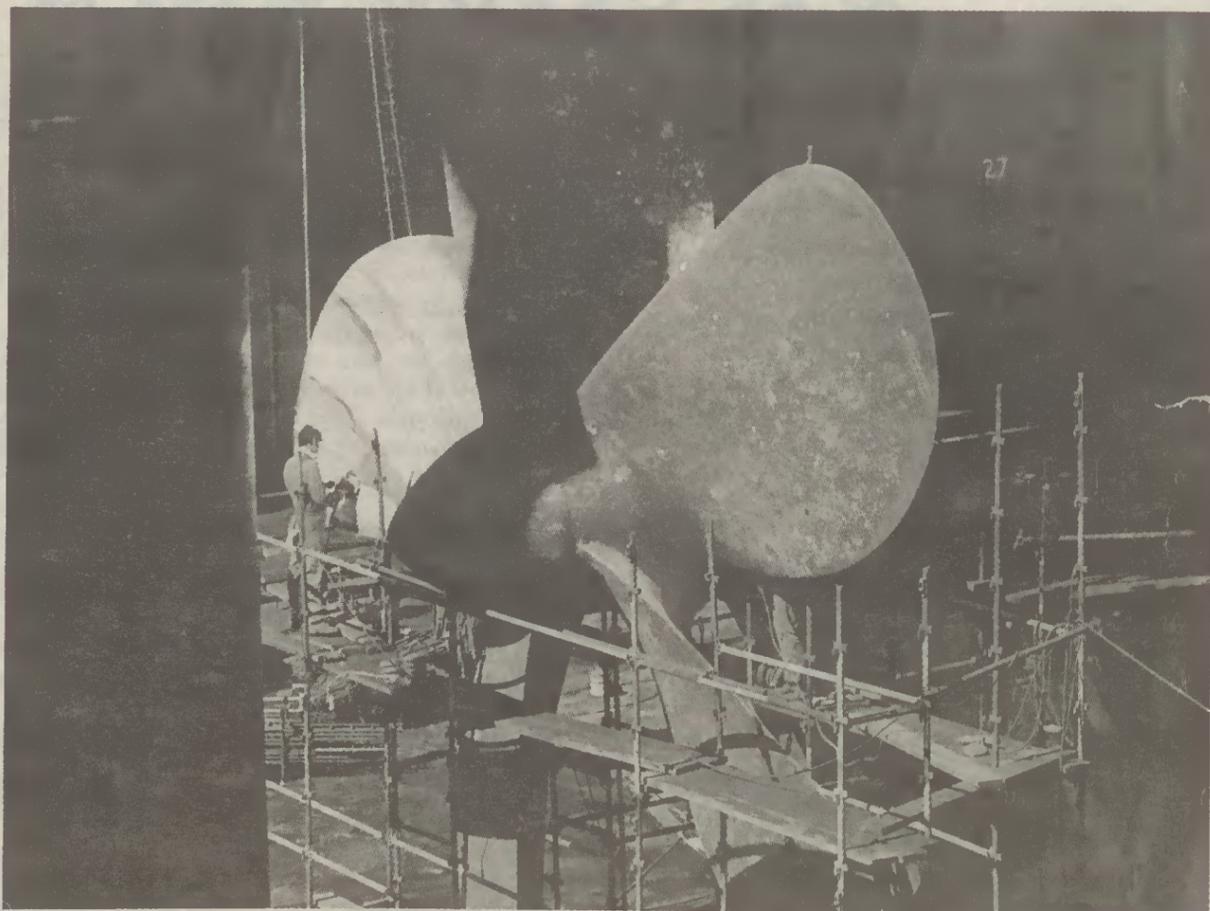
Esta não é a primeira vez, aliás, que a bancada comunista aborda este assunto. Em cinco ocasiões anteriores, por sua iniciativa, o problema foi levado ao Par-

lamento. E foi essa acção, conjugada com a luta dos trabalhadores, que permitiu no passado abrir caminho a soluções que vieram ao encontro das legítimas reivindicações dos trabalhadores.

No momento presente, em que se avolumam as interrogações sobre o futuro, a única saída, tudo o indica, volta a ser retomar com

firmeza e determinação a luta. Trata-se, no fundo, como sublinhou Vicente Merendas em declarações ao «Avante!», de repetir aquilo que já se fez e com êxito: promover, de forma concertada, a luta dos trabalhadores e a luta institucional.

**Mais de 4 mil trabalhadores são atingidos pelo incumprimento dos compromissos do Governo**



Os trabalhadores e pensionistas não aceitam que o Governo quebre o que estipulou em acordo

## Contra o branqueamento de capitais

### Prevenir e punir

Quem pratica actos de branqueamento de capitais provenientes de actividades criminosas vai ter a vida mais dificultada. Esta é a consequência directa da aprovação pelo Parlamento de um projecto de lei do PCP que aperfeiçoa as disposições legais destinadas a prevenir e punir aquele crime.

De entre as medidas preconizadas no diploma está a alteração da «lei da droga» no sentido de fazer aplicar o regime penal previsto para as associações criminosas não apenas às que se dediquem ao tráfico de drogas mas também às que se dediquem ao branqueamento de capitais provenientes dessas práticas.

Para o PCP, que desde há muito vem dando contributos no sentido de encontrar respostas para a problemática da droga e do branqueamento de capitais provenientes desta e de outras actividades ilícitas, o diploma agora aprovado constitui uma preciosa achega para o combate mais geral contra a criminalização da economia e do sistema financeiro.

Com este aperfeiçoamento da legislação, trata-se, no fundo, de permitir uma mais fácil confiscação dos patrimónios de origem criminosos, ultrapassando, simultaneamente, como é referido na nota preambular do diploma, «obstáculos que o

segredo bancário continua a representar para a investigação dessa forma de criminalidade».

E para isso é fundamental, como é proposto no articuladão, a alteração da «lei bancária» no sentido de permitir a revelação de «factos e elementos cobertos pelo dever de segredo às autoridades judiciais para efeitos de investigação de crimes de branqueamento de capitais e de fraude fiscal».

Medida não menos importante é a que prevê a alteração do decreto-lei 325/95 com vista a alargar a criminalização do branqueamento a capitais que sejam provenientes não apenas dos

crimes já elencados nesse diploma e na «lei da droga» mas também de outras formas graves de criminalidade.

Destaque, entre as medidas propostas, são ainda o alargamento do prazo de suspensão de operações bancárias suspeitas, previsto no DL 313/93 e, por outro lado, o alargamento dos deveres de comunicação e notificação que impendem sobre as entidades bancárias a outras entidades que intervenham na contabilidade, auditoria financeira, transporte de bens e valores ou como intermediários de negócios que envolvem montantes financeiros elevados.

## SIC conclui abusivamente

O Gabinete de Imprensa do PCP, em carta dirigida ao director de Informação da SIC, protesta pela notícia divulgada pelo Jornal da Noite da SIC de 18 do corrente e pela SIC Notícias, em que os *pivots*, mencionando afirmações de Carlos Carvalhas na conferência de imprensa desse dia, referiram a ideia de que «Carvalhas admite coligações com o PS» ou admite «juntar-se aos socialistas».

«Trata-se inequivocamente de interpretações e conclusões abusivas não apenas face aos excertos das declarações de Carlos Carvalhas que a SIC transmitiu mas sobretudo face ao que, para além disso, foi afirmado na conferência de imprensa, designadamente que uma tal coligação não era nem «provável» nem «viável», diz o Gabinete de Imprensa.

Além de que, prossegue,

«o facto de o secretário-geral do PCP, depois de ter esclarecido que a questão das coligações não estava colocada, ter ao mesmo tempo, numa postura de rigor, referido que, nesta matéria, em teoria nunca se pode excluir nada em definitivo, não autoriza que seja impingida aos telespectadores, na conjuntura política que se conhece, a ideia errónea de que Carlos Carvalhas admitiu coligações com o PS ou «juntar-se aos socialistas»».

Se eventualmente «havia a necessidade de simplificar», fica «o mistério de porque é que os *pivots* não introduziram as peças dizendo que «Carvalhas não considerava nem provável nem viável coligação com o PS», pergunta o PCP, pedindo no futuro «um maior rigor na divulgação ou interpretação» do que «é efectivamente afirmado».

## Resultados eleitorais em análise

# Comunistas mantêm confiança

**As organizações do PCP prosseguem a análise aos resultados eleitorais. Embora a maioria considere os resultados da CDU globalmente negativos, todas se manifestam confiantes em relação ao futuro e saúdam o esforço e o trabalho dos candidatos e activistas da Coligação para o êxito da campanha.**

Assim, a Direcção da Organização Regional de Setúbal afirma que, apesar da perda de 2 mandatos para as assembleias municipais e 21 para as assembleias de freguesia, a CDU obteve nos nove concelhos da Península cinco presidências de Câmara e 35 presidências de Juntas de Freguesia, mantendo-se como a principal força autárquica na região.

Por outro lado, a expressiva vitória da CDU no concelho de Setúbal não só «penaliza a desastrosa» gestão do PS como

confirma a possibilidade de recuperar posições perdidas agora e em eleições anteriores, caso do Barreiro, Alcochete, Sesimbra e Montijo.

### Em Coimbra a votação na CDU sobe para as câmaras e assembleias

Para a Direcção Regional do Porto, os resultados eleitorais, não correspondendo aos objectivos enunciados, saldaram-se, entretanto, pela importante eleição de mais dois vereadores da CDU em Gondomar e Matosinhos.

A DORP regista a conquista, pela CDU, das freguesias de S. Pedro da Cova, em Gondomar, e Parada de Todeia, em Paredes, ainda que perdendo Cebolido, em Penafiel, e Santo Isidro, no Marco, e conclui pela necessidade de continuar a analisar os resultados eleitorais.

Em Coimbra, os comunistas consideram o resultado obtido pela CDU como muito positivo, já que a coligação sobe na votação para as câmaras e assembleias municipais e tem a sua maior votação para as assembleias de freguesia, passando de cinco para sete Juntas de Freguesia e 82 para 96 eleitos.

A DORC destaca, entretanto, os resultados de Coimbra, Figueira da Foz e Penacova, que abrem novas perspectivas de trabalho ao PCP e à CDU, e refere os aumentos de votação os concelhos de Miranda do Corvo, Soure, Góis e Arganil, sendo que, em Oliveira do Hospital, a CDU ganha pela primeira vez as freguesias de Meruge e Vila Franca.

### Há perdas e ganhos

Por sua vez, a Direcção de Santarém do PCP, apesar das significativas perdas no distrito

(Salvaterra de Magos - a que o BE emprestou o símbolo - e Coruche), lembra que a CDU mantém cerca de 15% de votos para as Câmaras, onde detém três presidências e 21 mandatos. Mantém, ainda, 71 mandatos em assembleias de municipais e 258 mandatos directos em assembleias de freguesia, 30 dos quais como presidentes de junta.

A DORSA regista, por fim, a subida de votos em seis concelhos do distrito e salienta a subida em votos, percentagens e mandatos nos concelhos de Abrantes, Rio Maior, Santarém, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Ourém.

A Comissão Concelhia da Moita, por seu lado, diz não poder deixar de considerar positivos os resultados obtidos na Moita (41,4% de votos contra 32,5% do PS), onde a CDU manteve a maioria absoluta na Câmara e na Assembleia Municipal.

A perda de Sarilhos Pequenos merece, entretanto, uma referência à parte, já que à ini-

gualável e louvável afluência às urnas se aliou o recurso a elementos de campanha «que não abonam em defesa da ética política» e uma clara concertação entre o PS e o PSD para a concentração de votos no PS, com vista a retirar a presidência da Junta à CDU que, contudo, alcançou 46% dos votos.

Em Castelo Branco, a CDU obtém menos 2541 votos do que em 1997, para as câmaras municipais, perde um vereador na Câmara da Covilhã, perde a Junta de Freguesia de Aldeia de Francisco de Assis e fica com menos quatro eleitos nas assembleias municipais. Resultados que a Direcção Regional do PCP considera um insucesso eleitoral da CDU, desfavorável não só para o PCP e seus aliados mas também para os trabalhadores e sobretudo para as camadas mais carenciadas.

De realçar é, contudo, a vitória da CDU por maioria absoluta na Freguesia de Boibodra, alcançada após uma «intensa e ilegítima ofensiva do PSD».

## PCP solidário com trabalhadores da Clark

O Sector de Empresas da DORAV do PCP denuncia com veemência o despedimento colectivo dos 55 trabalhadores que ainda se mantinham na empresa de calçado C&J Clark, a multinacional inglesa localizada em Santa Eulália - Arouca, considerando que, de «forma lamentável», a administração conseguiu finalmente o encerramento há muito delineado daquela unidade fabril.

Solidário com os trabalhadores, o PCP afirma que sendo a manutenção dos postos de trabalho a solução mais justa, a verdade é que «os trabalhadores, face às propostas e pressões apresentadas pela administração não tiveram outra alternativa do que fazerem acordos mútuos, engrossando desta forma o total do despedimento colectivo».

Fazendo um pequeno historial do processo da Clark e da luta desenvolvida pelos trabalhadores, o PCP denuncia o facto de a empresa se ter comprometido no princípio do ano, em officio assinado pelo Director Geral, a manter os 55 trabalhadores, agora despedidos, nos sectores da montagem e acabamento, e vir, agora, afinal, «agravar o caudal de desemprego no concelho de Arouca», um concelho «predominantemente rural e com poucas soluções alternativas de emprego».

Os comunistas lamentam e repudiam, ainda, a passividade do Governo num processo respeitante a uma empresa multinacional que, há 15 anos na região, tem recebido todos os apoios e benefícios do Estado e da Comunidade Europeia, para a criação de postos de traba-

lho e que, de um momento para o outro, desrespeita os compromissos assumidos perante o Governo e a própria autarquia.

«Sempre ao lado dos trabalhadores», o PCP promete prosseguir a denúncia pública dos seus problemas e utilizar os mecanismos legais ao seu alcance, com vista à defesa dos seus direitos. Nesse sentido, vai questionar o Governo para que se cumpra a resolução da Assembleia da República, aprovada há cerca de 2 anos, relativamente à adopção de medidas punitivas contra a deslocalização de empresas para outros países e para «acautejar situações idênticas noutras empresas do sector, particularmente na unidade de Castelo de Paiva da Clark».

## Administração Pública Governo afronta trabalhadores

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, proferiu, no passado dia 21, a seguinte declaração política sobre a fixação em 2,75% do aumento nominal dos salários:

«1. Ao tomar a decisão unilateral de fixar em 2,75% o aumento nominal dos salários, o Governo afronta de forma insolente e descarada as legítimas aspirações dos trabalhadores da administração pública a aumentos salariais dignos e que, designadamente, repusessem o poder de compra perdido nos dois últimos anos. Criou-se o facto insólito de uma negociação ser fechada sem ninguém ter assinado.

2. O PCP salienta que a situação de crise política não absolve em nada o Governo do PS das suas responsabilidades nem deve anestesiar ou travar o prosseguimento da luta por melhores salários.

3. O PCP recorda que, na discussão do último Orçamento de Estado, propôs que nenhum trabalhador da administração pública tivesse um aumento inferior a 7500\$00 e que essa proposta foi rejeitada pelo voto do PS e ainda a abstenção do PSD, sendo sobretudo significativo e esclarecedor que o PSD não tenha apresentado qualquer proposta nesta matéria.

4. Mais do que um acto de «quem vier atrás que feche a porta», o Governo do PS quis cometer mais um acto que caracterizou a sua política socialmente injusta e de baixos salários, dando assim alento no futuro próximo às administrações e associações do patronato para tentar impor o bloqueamento da contratação colectiva e a desvalorização dos salários no sector público e privado.

5. Fazendo este registo de responsabilização histórica a lembrar particularmente quando, com outras caras e etiquetas, o PS voltar a fazer promessas aos trabalhadores, o PCP, entretanto, confia que a luta por salários mais justos continuará a constituir um factor essencial na acção e mobilização dos trabalhadores e das suas organizações, em convergência com a luta mais geral de exigência de uma nova política que tenha como um dos objectivos centrais uma vida melhor para quem trabalha.»

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Aníbal José Teixeira de Sousa

Faleceu recentemente, no Porto, o camarada Aníbal José Teixeira de Sousa. Membro do Partido desde 1974, desenvolveu, ao longo de 27 anos de empenhada militância, sucessivas tarefas de apoio à DORP, tanto no trabalho de organização do Partido, como na Festa do Avante e, ultimamente, nas pescas, sendo membro da Comissão Nacional de Pescas do Partido. No seu funeral integraram-se numerosos amigos e camaradas.

#### Manuel Garcia

Faleceu, no dia 20 de Dezembro, o camarada Manuel Garcia, com 88 anos de idade. Natural do Couço, militava no Partido desde antes do 25 de Abril, sendo um camarada muito activo e estimado por quantos o conheciam.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Ainda os resultados eleitorais

Por lapso técnico, não publicámos na última edição do *Avante!* os resultados eleitorais dos concelhos de Odivelas e Trofa, que agora divulgamos. Pelo lapso apresentamos as nossas desculpas.

ODIVELAS 2001			TROFA 2001		
Listas	%	Eleitos	Listas	%	Eleitos
PS	41,03	5	PPD/PSD	64,90	
PPD/PSD	28,30	4	PS	23,76	
PCP-PEV	20,01	2	CDS-PP	5,35	
CDS-PP	3,65		PCP-PEV	3,02	
B.E.	1,43				
PCTP/MRPP	1,11		Inscritos	27978	%
MPT	0,37		Votantes	20363	72,78
			Branco	316	1,55
Inscritos	111492	%	Nulos	288	1,41
Votantes	59484	53,35			
Branco	1484	2,49			
Nulos	947	1,59			

Nota: resultados provisórios (uma freguesia por apurar)

# Viva o sindicato da polícia!

• José Martins

**A** Assembleia da República aprovou *in extremis*, no passado dia

20 de Dezembro, a lei que rege o associativismo sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação aos profissionais da PSP com funções policiais.

Ao fim de quase 20 anos de ininterrupta e exemplar luta por uma velha aspiração dos polícias portugueses, a Associação Sócio-Profissional da Polícia-ASPP/PSP, herdeira da Pró-Associação Sindical dos Profissionais da PSP, viu finalmente coroado de êxito todos os seus esforços e sacrifícios. Foram precisos 20 longos anos, para que a lei consagrasse a reivindicação fundamental dos profissionais de polícia – o direito ao seu Sindicato, quando na Europa este direito já era exercido desde os primórdios do século passado.

Os comunistas portugueses, desde a primeira hora que estiveram (sempre com coerência) ao lado dos profissionais de polícia e é com sincera alegria que assistem à vitória da exemplar e prolongada luta pelo Sindicato na Polícia.

Efectivamente, remonta a 1982 a primeira iniciativa legislativa do PCP, sobre a «*Garantia dos Direitos Fundamentais dos Cidadãos que prestam serviço nas Forças Policiais*», e que na altura acolheu a já firme vontade, com forte inspiração nos acontecimentos do 25 de Abril, da classe policial em se bater pela liberdade sindical.

Desde então, os comunistas sempre se empenharam, no sentido de que a lei consagrasse sem quaisquer equívocos, o direito dos polícias portugueses à sua organização de classe, bem como o exercício de outros direitos reconhecidos aos demais cidadãos. Mas posição bem diferente sempre teve a direita em geral e o PS em particular. Logo após os acontecimentos do 21 de Abril de 1989 (data histórica para o sindicalismo policial), tudo fizeram para torpedear as legítimas aspirações dos profissionais de polícia ao sindicalismo policial e conseguiram-no. A Lei 6/90, de 20 de Fevereiro, que consagrou o Associativismo Sócio-Profissional na PSP, tinha como objectivo enterrar de vez os fortes ideais do sindicalismo na polícia. E vários foram os métodos, tanto astuciosos como ardilosos, utilizados pela direita e pelo próprio PS para desmotivar, enganar e desviar os polícias dos seus objectivos sindicais.

## A marca da direita

Enganaram-se. Mas novamente o PS a governar e a direita na «oposição» tinham que deixar a sua indistinta

marca de cerceamento de direitos e liberdades nesta recentíssima lei do sindicalismo policial. Alargou-se aos profissionais da PSP o direito de se constituírem em associações sindicais, mas foram excluídos de um direito fundamental – o direito de greve. O Projecto de Lei do PCP na nota preambular refere *não existir qualquer razão válida para que seja negado aos profissionais de polícia o direito à greve*. É, aliás, no mínimo estranho que se possa cercear o direito de greve aos agentes da PSP, evocando a salvaguarda dos direitos dos cidadãos e esse mesmo direito seja plenamente exercido na Polícia Judiciária, no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e nos Guardas Prisionais. Afinal, onde está a lógica e a legitimidade para coarctar este direito fundamental aos agentes da PSP?

Não é de estranhar que assim aconteça, vindo daqueles que sempre tiveram uma visão instrumental e retrógrada das Forças de Segurança. E só a perspectiva do exercício do direito sindical por parte dos agentes policiais, foi de certeza motivo de sobressaltos e alguns calafrios nas bancadas da direita, a que o PS mais uma vez se prestou servilmente a sossegar, fomentando as condições para a existência da liberdade sindical despida do direito de greve.

Os profissionais da PSP não mereciam mais esta vilania e esta grave discriminação!

Para a direita as forças de segurança só têm razão de existir se for para reprimir, e claro, dentro de parâmetros bem definidos e com forte conteúdo de classe – porrada sobre quem trabalha. Uma Polícia com direitos, esclarecida e democrática, próxima das populações, geradora de sã convivência com os cidadãos e sempre mais e mais humanizada, responsável e eficaz – para a direita não tem mesmo razão de existir.

A conquista do direito ao sindicalismo policial é, sem qualquer margem para dúvidas, uma grande vitória dos profissionais de polícia, da sua associação representativa e da própria democracia, mas também é por certo assunto que não está definitivamente encerrado.

Quando se acentuam artificialmente diferenças entre as várias polícias; quando se pretende justificar a continuidade de *forças de segurança militares* e se assiste (com a complacência do ministro da tutela) a uma vaga sem precedentes de repressão na GNR e dirigentes são suspensos das suas funções por na qualidade de dirigentes associativos, terem usado da palavra em defesa dos seus camaradas de profissão, então... hoje, mais do que nunca, é imperativo repensar as Forças de Segurança no seu todo.



Professores exigem estabilidade e qualidade de ensino

# Educação é prioridade

**Na sequência das autárquicas, os professores lembram que a educação deve ser uma prioridade e reclamam a concretização de medidas acordadas de estabilidade do corpo docente.**

A decisão do Governo de não publicar a legislação sobre quadros e concursos, negociada entre Junho e Dezembro, e que inclui medidas de vinculação extraordinária de docentes contratados – cerca de 6.000 –, é contestada pela Federação Nacional dos Professores – Fenprof, que considera não haver qualquer justificação para tal.

A Fenprof lembra a importância desta matéria para os professores, que criaram legítimas expectativas quanto à sua estabilidade profissional. E sublinha que a estabilidade do corpo docente nas escolas é considerada como «uma

medida indispensável para o sucesso educativo».

## SPRC quer reunir com novos eleitos

**A estabilidade do corpo docente é indispensável para o sucesso educativo**

todos os concelhos, a fim de abordar matérias importantes para a qualidade do ensino.

O reordenamento da rede escolar municipal, a aprovação da Carta Escolar concelhia, a constituição de Conselhos Locais de Educação e a relação das autarquias com as

escolas, são algumas das questões que a direcção do SPRC pretende discutir com os novos eleitos.

Numa nota divulgada em Coimbra, o SPRC – que faz parte da FENPROF – observa que no Centro do país «persiste um conjunto largo de problemas a que os novos responsáveis do poder local têm que dar resposta, nomeadamente no 1.º ciclo do Ensino Básico e educação pré-escolar».

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) vai propor, aos recém-eleitos presidentes de Câmara dos seis distritos da zona, reuniões em

«O SPRC exigirá aos novos responsáveis do poder local que as prioridades das autarquias sejam também dirigidas à área da educação», é frisado no comunicado.



O financiamento das escolas do 1.º ciclo e dos jardins de infância no centro do País é reduzido

## Processo da Maia Solidariedade internacional

O filólogo e professor universitário norte-americano Noam Chomski, a actriz alemã Hanna Shygula, o sociólogo francês Pierre Bordieu, a secretária nacional dos «Verdes» de França e ex-ministra Dominique Voynet e a cantora de ópera norte-americana Júlia Migenes figuram entre as centenas de personalidades que, mais recentemente, subcreveram a Declaração de Solidariedade Internacional com as 17 mulheres acusadas de prática de aborto clandestino no processo em curso no Tribunal da Maia.

Este movimento de solidariedade internacional, desencadeado por iniciativa de Ilda

Figueiredo, deputada do PCP ao Parlamento Europeu, regista, duas semanas após a divulgação do primeiro conjunto de assinaturas, um grande desenvolvimento, bem expresso aliás na adesão de mais de oitocentas personalidades, designadamente de países como a Holanda, França, Alemanha, Espanha, Itália, Grécia, Bélgica, Áustria, Suíça, Reino Unido, Polónia, Turquia, Albânia, Canadá, Estados Unidos da América, Brasil, Colômbia, Porto Rico, Nicarágua, México, Argentina, Panamá, Costa Rica, Uruguai, El Salvador, República Dominicana, Honduras, Chile, Haiti, Paraguai, Bolí-

via, Nigéria, Kénia, Burkina Faso, Zimbábue, África do Sul e Austrália.

Para a ampliação deste movimento de solidariedade tem contado muito a multiplicação de contactos promovida por diversas personalidades e organizações com destaque para associações de defesa dos direitos das mulheres e para entidades ligadas ao planeamento familiar, sindicatos, partidos políticos e deputados e senadores de diversos países.

A recolha de assinaturas prossegue, devendo a lista final e integral de subscritores ser divulgada na segunda semana de Janeiro.



## Secundário da JCP com nova direcção

A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) da JCP elegeu a sua nova direcção, numa reunião que se realizou nas quarta e quinta-feiras da semana passada, em Lisboa. Para a JCP, com a entrada de novos elementos, a CNES «ganha uma dimensão cada vez mais nacional, com uma ligação cada vez mais efectiva às diferentes organizações regionais».

O aumento do número de adesões e da actividade da JCP foi um dos temas abordados na iniciativa, apontando como próximos objectivos a organização de colectivos de

escola, a integração dos novos militantes, a dinamização da actividade dos colectivos e a realização de distribuições periódicas de documentos. Os participantes sublinham que, nas organizações regionais, «a estratégia de reunir regularmente resultou num grande impulso».

Na reunião foi ainda discutido o processo de luta do secundário contra as provas globais e os exames nacionais, a revisão curricular, o sistema de acesso ao ensino superior e a inexistência de implementação da lei de educação sexual.

## Reforma educativa contestada também em Itália

Também em Itália os estudantes do secundário estão em luta, contestando a proposta da reforma educativa apresentada pela ministra da Educação, Laetizia Moratti. Na quinta-feira, 70 mil estudantes - números avançados pela organização - desfilarão pelas ruas de Roma, um dia depois de uma outra manifestação que juntou 20 mil alunos.

Em causa está a ameaça de transformar progressivamente as escolas públicas em instituições privadas e acentuar as diferenças entre os estudantes com mais e menos condições económicas. Isso é patente nas propostas do Governo, nomeadamente quando defende que as aulas se devem estender por 25 horas lectivas semanais, durante 33 semanas por ano. A estas poder-se-ão juntar mais 300 horas anuais mediante o pagamento pelos alunos.

Outra medida contestada é a idade com que os alunos têm de decidir o seu futuro académico e profissional. A primeira opção é feita aos 12 anos, com o estudante a optar pela instrução regular (num liceu) ou pela formação profissional. Esta escolha tem de ser confirmada aos 14 anos.

O Ministério propõe ainda o alargamento da escolaridade obrigatória para os 18

anos, a redução dos actuais treze anos de escola para doze e a igualdade entre a «qualidade» da formação obtida no liceu e numa escola profissional, com os estudantes de ambas as instituições a poderem concorrer ao ensino superior.

O ensino secundário pode ser seguido no liceu (clássico, científico, técnico, económico, humanístico, linguístico, artístico e musical) ou numa escola de formação profissional.

### Debate

Enquanto os estudantes se manifestavam, no Palácio do Congresso representantes dos estudantes, dos professores, das associações de pais, das escolas e das universidades discutiam a proposta de reforma educativa, num total de 1300 pessoas.

As medidas preconizadas pelo Governo não tiveram uma boa aceitação por parte dos parceiros educativos. A ministra Laetizia Moratti assegurou que «sem o acordo de todos os protagonistas da escola, não haverá reforma».

Alguns partidos de centro-esquerda recusaram-se a participar nesta iniciativa, colocando-se ao lado dos manifestantes.

Entrevista com Rui Mota, dirigente associativo de Coimbra

## Novas perspectivas para luta do secundário

Com a realização de eleições legislativas antecipadas, abrem-se novas perspectivas para a luta dos estudantes do ensino secundário. Depois das manifestações de dia 13 - realizadas em várias localidades -, Rui Mota, da Associação de Estudantes da Escola Secundária José Falcão, de Coimbra, fala sobre as reivindicações e conta como se faz a mobilização.

**- A educação sexual está a ser implementada nas escolas?**

- No caso da minha escola, numa tarde por mês, está aberto um gabinete por vários professores que se formaram em educação sexual que dão aulas às pessoas que se inscreverem.

**- Mas isso não tem a ver com a interdisciplinaridade da educação sexual prevista na lei.**

- Exacto, é uma maneira de colmatar o problema. Aliás, este é um caso isolado. Nas outras escolas não funciona nada. O problema essencial é não haver formação para os professores, o que quer dizer que para o próximo ano ainda não vai haver educação sexual. É sempre a adiar.

**- Existem os gabinetes de apoio?**

- Na minha escola até estamos bem, temos um gabinete com dois psicólogos, mas dirigido para problemas entre alunos e pais ou entre alunos e professores. Não há um trabalho dirigido para a educação sexual. Os alunos também não estão motivados para se inscreverem nas tais aulas. Sentem-se envergonhados. Houve casos de alunos que queria assistir, mas os pais impediram-nos: «Tu vais aprender isso em casa, não é na escola.» Há um certo conservadorismo nas famílias.

**- Falando nas condições materiais e humanas, qual é o estado das escolas em Coimbra?**

- A escola mais problemática é a Jaime Cortesão, instalada no antigo Mosteiro de Santa Cruz e que está em fase bastante avançada de degradação. As paredes estão a ruir, fazem-se remendos e não obras de fundo. Em vez de substituírem os canos, põem mais cimento por cima para não sujar as paredes. Não há um trabalho de melhoria. Há várias escolas que estão quase em fase de destruição.

Há instituições que, no início do ano, não tinham funcionários para abrir as salas de aula. Por falta de professores, há disciplinas que começam dois ou três meses depois do início do primeiro período.

**- Quais são as consequências para o funcionamento normal das escolas?**

- Podemos não dar a matéria até ao fim e, com as provas globais e os exames nacionais, em vez de termos 15 temos 10 e descemos de média. Todos estes problemas põem em causa o nosso estudo.

**«Há várias escolas em Coimbra que estão quase em fase de destruição»**

**- Passados quase dois anos desde o início desta luta, que possibilidades existem da reforma curricular ser suspensa?**

- Temos sempre esperança. Primeiro, conseguimos adiar a implementação da reforma. Entretanto, já vários ministros caíram e certamente que contribuímos para isso. Penso que a demissão do Governo e a realização de eleições legislativas podem dar uma grande ajuda para a queda da revisão curricular. Isto desde que o novo Governo não seja maioria PS, porque o único partido que se mostrou contra a suspensão foi o PS.

**- É fácil mobilizar os estudantes?**

- Para a greve é fácil, mas nós queremos a manifestação, queremos que as pessoas saiam à rua. Isso é mais complicado. Há também o problema do clima, se está a chover ou frio... Fazemos debates, distribuição de panfletos, colamos cartazes e fazemos informação boca a boca. Vamos



«Todos estes problemas põem em causa o nosso estudo», diz Rui Mota

falando com as pessoas, explicamos todas as razões. Os exames nacionais são sempre um ponto controverso, mas explicamos que não é justo os exames serem em causa três anos de trabalho do aluno. Muitas vezes é assim que se consegue convencer as pessoas. Não é só com um cartaz colado a dizer «Luta», é também explicar porquê.

**- Como se faz a passagem de testemunho entre dirigentes desta luta,**

**tendo que estar sempre a ser renovados pelo prosseguimento nos estudos?**

- Reunimos sempre com pessoas dos 10.º, 11.º e 12.º, para que todos conheçam as realidades e para que os mais novos agarrem a luta para o ano. Bem, sinceramente espero que para o ano não seja preciso que esteja alguém a segurar estes problemas, espero que já esteja tudo resolvido. Mas, como provavelmente não vai estar, é assim que se faz as coisas.

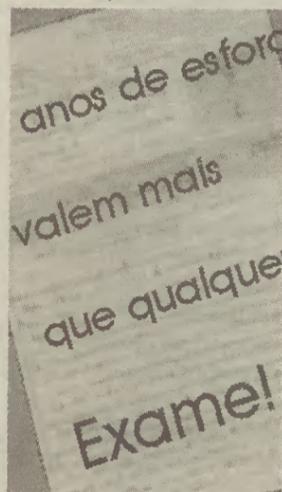
## Apoio da população

**- Foram entregues vários abaixo-assinados em várias localidades aos governadores civis, nomeadamente em Coimbra. Que reacções tiveram?**

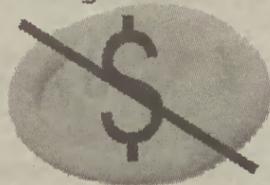
- O governador civil de Coimbra disse que entregaria ao primeiro-ministro e que o problema iria ser discutido: «Vamos ver as reivindicações, vamos ver o que é que se pode fazer.» Mas não sei até que ponto estava a ser realmente sincero, mas não houve nenhum clima de hostilidade.

**- Vocês têm o apoio formal das federações de professores e de pais. Sentem um apoio mais generalizado?**

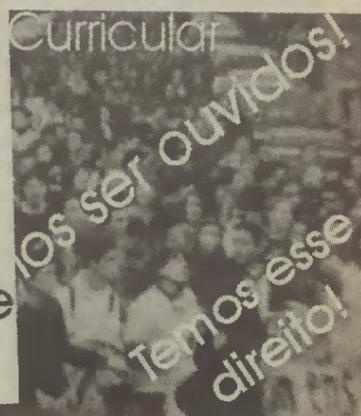
- Sim. Por exemplo, uma rádio de Coimbra fez um apanhado da reacção das pessoas que passavam na rua enquanto nos estávamos a manifestar e elas diziam que sim, que estavam com os estudantes, porque têm problemas e, se são tantos a lutar, devem ter razão.



Educação Sexual Curricular



Nem um escudo neste Orçamento

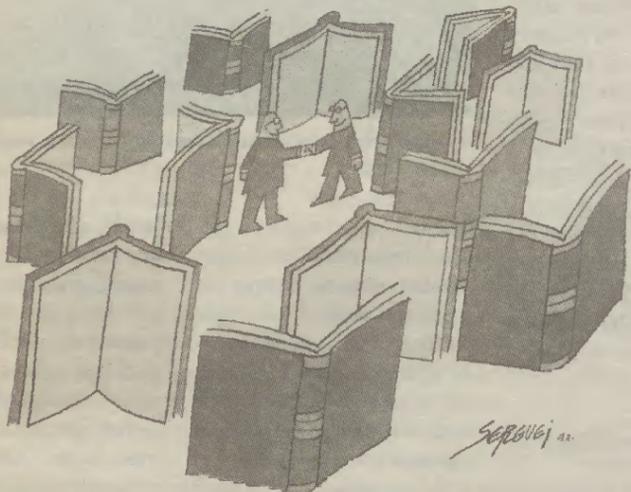


# Campeões da iliteracia

• Sandra Pimenta

O «Programme for International Student Assessment», mais conhecido por PISA, divulgou no princípio do mês de Dezembro os resultados de um estudo internacional sobre as competências e conhecimentos de jovens com 15 anos de idade em três áreas distintas: literacia em leitura, em matemática e em ciências. Este estudo encomendado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) da qual Portugal faz parte, tinha como principal objectivo (e ao contrário do que acontece noutros estudos internacionais onde só importa testar os conteúdos escolares) apurar até que ponto é que, concluída a escolaridade obrigatória, os jovens estão preparados para enfrentar os desafios do futuro, têm capacidade para continuar a aprender ao longo da vida e conseguem analisar, argumentar e exprimir as suas ideias, de forma a fornecer indicadores às escolas, professores e decisores políticos que possam servir de base de trabalho. Assim, cerca de 4600 alunos de 148 escolas representativas da realidade

análise e execução prática do que lêem. Mas mais do que na leitura, é na literacia matemática e na literacia científica que os alunos portugueses de 15 anos mais perdem na comparação com os seus parceiros da OCDE, onde os resultados obtidos são, para já, considerados como «deveras modestos» e «preocupantes». E o que diz o ministro da Educação português, agora que caiu o primeiro-ministro António Guterres? Sim, aquele que tinha uma grande paixão pela educação! Numa primeira análise feita a estes resultados, Júlio Pedrosa informou os portugueses que esta avaliação não o surpreende (!!!...) O ministro da Educação revelou que «todas as avaliações já feitas apontavam para as fragilidades dos alunos portugueses... não há aqui nenhuma surpresa especial, mas a confirmação de informações que já tínhamos...». Agora pergunto eu: tendo Portugal e seu Ministério da Educação conhecimento há já algum tempo desta situação, por que não actuou? Porque não dá a cara e admite que não está a fazer um bom trabalho e não



nacional foram chamados em Abril de 2000 a realizar testes relativos às áreas de estudo atrás mencionadas. Até aqui nada de anormal, visto estarmos constantemente a ser alvo de estudos e avaliações do nosso desempenho em vários domínios por parte das instancias europeias. Com que objectivo? Avaliar se o «dinheirinho europeu» está a ser bem empregue nos investimentos feitos em Portugal. Até aqui também não há o que criticar, pois quem investe gosta sempre de verificar os resultados desse gesto. Acontece que após este último estudo da OCDE, Portugal não revelou resultados muito animadores, ou seja, o retorno desse investimento não é o esperado e agora é tempo de apurar responsabilidades.

## Estudantes culpados?

Os primeiros alvos, e como não poderia deixar de ser, foram os estudantes, a quem o Governo apontou o dedo, pelo facto de as suas competências e conhecimentos serem os piores dos 32 membros da OCDE. A saber: metade dos alunos portugueses com 15 anos de idade têm índices de literacia em literatura muito baixos. Mas o mais preocupante é o facto de dez por cento dos jovens em Portugal não conseguirem sequer atingir o valor mínimo de literacia em literatura (a média da OCDE é 6 por cento), o que significa que tecnicamente sabem ler, mas não são capazes de realizar tarefas simples de

aceita as propostas daqueles que de mais perto lidam com estes problemas? Por que não são os professores ouvidos? Ah! Já me esquecia que eles não podem falar... estão no desemprego e por isso não contam para a solução. Porque é mais simples e cómodo atirar areia para os olhos do povo, justificando que tudo se deve ao «país que temos». É que a «carga histórica, social, política, educativa é algo que temos que suportar». E será que temos mesmo que suportar este Governo? Porque se o país está como está deve-se sobretudo ao mau trabalho de consecutivas más governações. Para finalizar é bom reter a seguinte ideia: o estudo conclui que os jovens portugueses nascidos no ano de 1985 terão grandes dificuldades de integração no mercado de trabalho ou em qualquer esquema de educação e formação ao longo da vida. Assim, mais urgente do que pensar em investir mais dinheiro na educação, mais urgente do que estar preocupado com os fundos comunitários que não acabam um dia, mais urgente do que pensar quantos anos levaremos a alcançar as médias europeias, é pensar que é preciso contrariar esta má prestação, com novas soluções que melhorem a eficácia do nosso sistema de ensino, pois a riqueza de Portugal não é nem poderá ser a riqueza económica daquilo que produzimos, mas sim a riqueza de um povo que assenta na vontade e na capacidade de criar e evoluir; ou seja, de dar o seu melhor para o bem de todos.

2.º congresso mundial sobre exploração sexual infantil condena hipocrisia dos EUA

## Só belas palavras

Os Estados Unidos e a Somália são os únicos países que ainda não ratificaram a Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Os quinze países da UE pedem, num documento adoptado durante o 2.º congresso mundial sobre exploração sexual infantil, realizado na cidade japonesa de Yokohama, na passada semana, «que os chefes e representantes de estado e de governo reunidos em Maio próximo na segunda cimeira mundial da infância tenham em conta a vontade

de agir e de avançar e lançam um apelo para que todos os países ratifiquem a Convenção Internacional dos Direitos da Criança» (CIDE).

Este último parágrafo visa particularmente os Estados Unidos, estado que, com a Somália, ainda não ratificou a CIDE em 1989.

Apesar da oposição dos delegados norte-americanos à maioria das recomendações

formuladas pela UE, o texto anexado ao documento final defende a «extensão da luta contra este flagelo a «todas as formas de violência e constrangimentos sexuais». No final da reunião dos Quinze com os organizadores do congresso - o governo do Japão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o grupo de organizações não-governamentais para a Convenção dos Direitos da Criança -, Segolene Royal, ministra francesa delegada para a Família e Infância, não hesitou em denunciar a «hipocrisia» da atitude norte-americana, que «se esconde por detrás de belas palavras» em favor das crianças.

A ministra formulou o voto de que a declaração final do congresso de Yokohama

«permita pressionar os norte-americanos até à cimeira sobre as crianças», prevista para princípio de Maio de 2002 nas Nações Unidas em Nova Iorque, depois de ter sido anulada na sequência dos atentados de 11 de Setembro.

Os Quinze pretendem estender a luta contra a exploração sexual infantil a «todas as formas de violência e constrangimentos sexuais» e recomendam um tratamento global do tema, uma vez que este abrange o incesto, as violações no seio familiar e ainda os casamentos precoces forçados e as mutilações genitais das jovens adolescentes.

Reafirmam igualmente o seu compromisso em relação ao princípio que prevê a protecção das crianças até aos 18 anos, assim como o «alargamento das punições às diferentes formas de exploração sexual das crianças, incluindo todos os seus aspectos internacionais e transnacionais, estabelecendo o princípio da responsabilidade extraterritorial».

## Lazer e cultura inacessíveis à maioria

Os portugueses são os cidadãos europeus que menos gastam em lazer e actividades culturais e aqueles que mais insatisfeitos estão com o serviço de electricidade e de telefone fixo.

A conclusão surge num estudo divulgado na publicação «Os Consumidores na Europa - Factos e Dados Estatísticos», da responsabilidade do Eurostat - Gabinete de Estatística das Comunidades Europeias - e da Direcção Geral da Comissão Europeia para a Saúde e Protecção do Consumidor.

A taxa de satisfação dos portugueses, no ano passado, quanto ao serviço de electricidade era de 62,1 por cento para uma média europeia de 73,8 por cento. Quanto ao serviço de

telefone fixo, os portugueses eram também os menos satisfeitos (49,2%), ficando muito aquém da média comunitária, 69,8 por cento.

Em 1999, a parte do orçamento familiar consagrada ao lazer e às actividades culturais variava de um mínimo de 3,7 por cento em Portugal e 4,5 por cento na Grécia até aos 14,6 por cento da Suécia. Por outro lado, os portugueses aparecem como os europeus que mais dinheiro do orçamento familiar gastam em restaurantes (8,9%), logo seguidos pelos espanhóis (8,7%), e os gregos (8,3%), ao passo que os italianos (3,1%) e os dinamarqueses (3,5%) são os que menos despendem com refeições fora de casa.

Quanto à leitura de jornais, 58,3 por cento dos homens portugueses afirmavam em 1999 ler diários contra apenas 24,1 por cento das mulheres. Os maiores leitores de jornais diários são os finlandeses: 93 por cento de homens e 90 de mulheres.

Em relação ao tempo médio passado por dia em frente à televisão, dados de 1999 referem que são os ingleses os principais telespectadores: 232 minutos diários por pessoa. Portugal encontra-se abaixo da média dos Quinze (206), com 194 minutos diários em frente ao televisor. Os que menos vêem televisão na União Europeia (UE) são os luxemburgueses (124 minutos).

Argélia

## Acordo com UE preocupa sindicatos

A central sindical argelina UGTA reagiu à assinatura, em Bruxelas, do Acordo de Associação UE/Argélia, considerando que a exigência do desmantelamento das tarifas aduaneiras terá «consequências negativas para a actividade económica do país».

«Face à concorrência desleal, as unidades de produção argelinas correm o risco de fechar as portas», afirmou o responsável pelas questões económicas da União Geral dos Trabalhadores Argelinos (UGTA), também secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Hidro-

carbonetos, Mohamed Baddredine.

Mal preparadas, Hamiani disse que, à excepção do sector comercial que será reforçado «para melhor vender os produtos europeus», é pouco provável que o país obtenha proveitos importantes no plano industrial.

Outros empresários do sector privado entrevistados pela imprensa sublinharam que a maioria das empresas argelinas não tem condições para ultrapassar o desafio da globalização previsto no acordo com a UE. A concorrência internacional imporá preços mais baixos que as empresas argelinas não poderão praticar.

## Argentina O fracasso do neoliberalismo

A revolta popular que na semana passada mergulhou a Argentina no caos deixou um trágico balanço de três dezenas de mortos e elevados danos materiais.

A Argentina vive um período conturbado. Os motins que varreram o país, provocando a demissão do governo e do presidente Fernando de la Rúa, espelham o desespero de milhões de pessoas em luta pela sobrevivência. Segundo o diário *La Nación*, 56 por cento dos argentinos vivem na pobreza e cerca de 17 por cento têm dificuldade em garantir uma refeição por dia.

Restabelecer a ordem e acalmar os ânimos são pois as tarefas imediatas do presidente interino, Adolfo Rodríguez Saá, o peronista eleito pela Assembleia Legislativa para gerir os destinos do país até às eleições antecipadas de 3 de Março próximo. Mal entrou em funções, Saá suspendeu o pagamento da dívida externa e anunciou a criação de 100 mil empregos subsidiados mediante acordos com as autoridades de várias províncias, comprometendo-se o governo a pagar um salário de 200 pesos em títulos de crédito.

Os empregos agora anunciados, primeira etapa do milhão de postos de trabalho prometidos por Saá no discurso de tomada de posse, serão pagos em *argentinos*, uma espécie de terceira moeda que irá circular em simultâneo com o peso e o dólar, cuja paridade se mantém.

«Todo o dinheiro da poupança será destinado aos planos de criação de emprego e ao progresso social», garantiu o presidente interino

no Parlamento, asseverando que a transparência será a imagem de marca do seu governo.

### Saá suspende pagamento da dívida e promete um milhão de empregos

As promessas de Saá, que no imediato contribuíram para um aparente regresso do país à normalidade, suscitam muitas dúvidas, não faltando quem as considere como a preparação do terreno para a vitória eleitoral dos peronistas nas eleições de Março.

### Capital estrangeiro domina economia

Com uma dívida externa de 132 000 milhões de dólares e com os principais sectores da economia nas mãos do capital estrangeiro, a terceira economia latino-americana vive em recessão desde 1998, sem qualquer sinal de reactivação.

A ilusão de estabilidade conseguida na década de 80 e início dos anos 90 à custa da privatização massiva das empresas públicas desapareceu mal se esgotaram os fundos arrecadados: em 1998, a dívida pública ascendia a 110 mil milhões de dólares, o dobro da registada em 1992; no mesmo período, a dívida privada decuplicou, passando de 3,5 mil milhões de dólares para 35 mil milhões de dólares, segundo os dados oficiais. No final do ano passado, o endividamento total do país (Estado, províncias, privado) ultrapassava os 200 mil milhões de dólares.

A política de abertura do mercado argentino às impor-

tações e a paridade do peso ao dólar, desenvolvida na última década, fez disparar o défice comercial. Incapazes de concorrer com os produtos estrangeiros que invadiram o mercado, muitas empresas foram forçadas a fechar as portas ou a endividar-se, o que levou ao aumento do desemprego. O capital estrangeiro tomou conta da economia: em 1998, das 100 maiores empresas a operar no país 67 eram estrangeiras, e no ano passado cerca de 51 por cento dos depósitos bancários estavam nas mãos de instituições de capitais estrangeiros. A evasão fiscal, um problema crónico na Argentina, agravou-se.

A política ao serviço do capital acelerou a crise. A privatização da Segurança Social e a redução das quotas patronais privaram o Estado de mais de oito mil milhões de dólares por ano. Os enormes benefícios dados aos grandes grupos económicos fizeram disparar o desemprego. No final do ano passado, a Argentina contava com 14 milhões de pobres, mais de três milhões de indigentes e mais de dois milhões de desempregados.

A esperança de justiça social que levou à eleição de Fernando de la Rúa, em 1999, foi sol de pouca dura. Em 2001, o serviço da dívida absorve 23 por cento do orçamento da Argentina, o desemprego oficial está na casa dos 20 por cento (2,5 milhões de pessoas) e o subemprego afecta um em cada três argentinos. A revolta popular era inevitável.

Agora, o presidente interino Adolfo Saá promete que o seu governo terá como princípios «a liberdade, igualdade, transparência e austeridade». Na Argentina, as promessas nunca faltaram.

## Despedimentos em época natalícia

A **Motorola**, gigante norte-americana do sector tecnológico, vai despedir mais **9400** trabalhadores, nos próximos 12 meses, com o objectivo de cortar custos e voltar aos lucros.

O total de despedimentos anunciado este ano pela segunda maior fabricante mundial de telemóveis é de **48 mil** trabalhadores.

A empresa anunciou, entretanto, que os despedimentos e o encerramento de algumas fábricas vai permitir poupar 865 milhões de dólares em 2002 e cerca de 1,1 milhões em 2003. Os encargos relacionados com estas medidas vão sentir-se, na maioria, no quarto trimestre de 2002, embora alguns se reflectam na primeira metade de 2002.

Atingidos pelas más notícias do sector, a **Alcatel** informou o mercado que vai enfrentar a crise económica

despedindo milhares de trabalhadores. A empresa francesa, que fabrica equipamentos para telecomunicações, vai despedir de imediato **1700** trabalhadores.

O porta-voz da companhia esclareceu, no entanto, que estes trabalhadores fazem parte da lista de despedimentos anunciados em finais de Outubro, que prevê a extinção de **dez mil** postos de trabalho.

Outra empresa a tornar público mais despedimentos foi a **American Express**, que vai despedir milhares de trabalhadores nos serviços ligados às viagens. Esta instituição financeira que emite cartões de crédito anunciou na passada semana que vai despedir entre **5500** e **6500** trabalhadores, a juntar aos **7700** despedimentos que já tinha anunciado este ano.

A empresa norte-americana, que emprega 85 mil tra-

balhadores, citou a forte quebra nas viagens internacionais para justificar a redução do número de empregados.

Por seu lado, a **NEC**, a terceira maior produtora de chips do mundo, anunciou que vai despedir **1260** trabalhadores e encerrar uma das fábricas na Escócia.

Segundo o jornal *Nihon Shimbun*, a fabricante japonesa de chips e eletrónicos **Mitsubishi Electric** planeia despedir **mil** funcionários e reduzir para metade a capacidade de produção - e em 70 por cento o quadro de trabalhadores - na sua subsidiária francesa de telefones celulares.

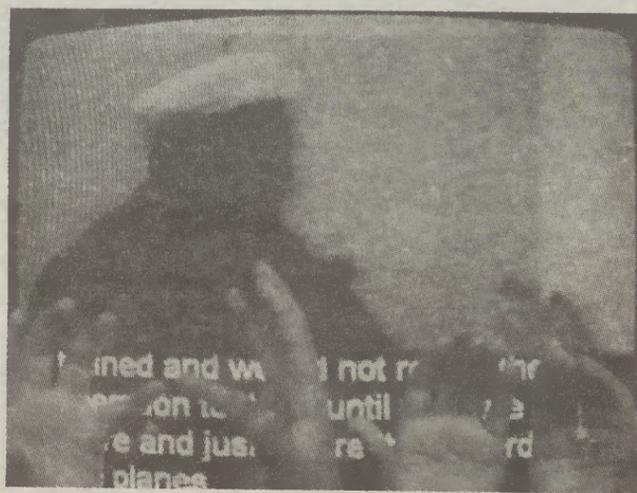
Também a **Cap Gemini**, maior empresa de serviços informáticos, vai despedir mais **2500** trabalhadores, elevando os despedimentos deste ano para **seis mil**, a fim de impulsionar melhores resultados.

## O vídeo falsificado

• Rui Paz

Na Alemanha crescem as dúvidas sobre a veracidade do vídeo apresentado pelos EUA destinado a provar que Bin Laden é o autor dos atentados do 11 de Setembro. As incongruências e os factores de manipulação, nomeadamente a falsificação da tradução e a imperceptibilidade sonora são tão grandes que o «documento» nunca poderia ser aceite como elemento comprovativo por nenhum tribunal normal.

O magazine político da *ARD Monitor* mandou analisar separadamente por dois especialistas de língua árabe uma cópia do original enviada pelo departamento de Estado norte-americano. O resultado é surpreendente. Na tradução inglesa foram acrescentadas palavras que não existem na versão apresentada como autêntica pela equipa de Bush. Os dois tradutores independentes, dr. Abdel el M. Hussein (arabista) e o dr. Murad Alami (tradutor diplomado), sem terem estado em contacto um com o outro, chegam à



mesma conclusão de que os acrescentos se verificam nas passagens mais importantes que deveriam provar a culpabilidade de Bin Laden.

Na tradução do Pentágono lê-se, por exemplo, que «nós calculámos antecipadamente o número de mortos do inimigo», mas no texto original árabe não aparece a palavra antecipadamente («in advance») nem a frase permite concluir da existência de um plano com um número de mortos calculado. Mais outra falsificação introduzida pela administração americana encontra-se na frase seguinte: «nós recebemos a notícia prévia na quinta-feira de que os acontecimentos teriam lugar nesse dia». A palavra «previous» também foi claramente acrescentada ao original. Mas o conteúdo da frase seguinte de que os acontecimentos teriam lugar naquele dia também não é perceptível na versão original. Segundo o Pentágono, pode ler-se ainda que «nós apelámos a cada um deles para que fossem para a América». Também aqui a palavra nós («we») não existe. No original árabe percebe-se apenas «apelou-se-lhes» e o que se segue não é perceptível.

### Montagens

Segundo o *Junge Welt*, abundam também os indícios que apontam no sentido de uma montagem, não só do texto mas ainda das imagens. Até agora, Bin Laden tem aparecido nos ecrãs como uma pessoa com uma

constituição física frágil, não correspondendo ao tipo atlético de ombros largos que se vê no filme do Pentágono. O nariz é muito diferente e o riso não é idêntico com a mímica cognitiva de Bin Laden. Ressalta ainda que é num momento decisivo da prova, onde se descreve o tempo (20 minutos) que separou o embate dos aviões entre as duas torres do World Trade Center, que a cabeça de Bin Laden é apresentada em primeiro plano. Mas é também aqui que a diferença fisionómica é mais evidente. A impossibilidade de produção de uma fisionomia constante pode ter a sua origem na reprodução algorítmica, sinal da utilização do computador na produção das imagens.

Convém recordar que a CIA justificou várias vezes a dificuldade de capturar o chefe da Al Qaeda com o facto existirem vários indivíduos de fisionomia idêntica. E o *Neues Deutschland* salienta que mais intrigante ainda é o facto de os serviços secretos americanos reconhecerem no vídeo, além de Bin

Laden, unicamente o xeique saudita Suleiman. Mas na imagem vê-se ainda Kahled al-Harbi, um grande aliado dos americanos no Afeganistão contra os soviéticos, na Bósnia contra os sérvios e na Tchetchénia contra os russos.

Os serviços secretos sauditas reconheceram-no claramente no vídeo e confirmaram que, 10 dias depois dos atentados do 11 de Setembro, aquele «combatente da liberdade» abandonou o reino com destino desconhecido.

No mínimo, é absolutamente incompreensível que Kahled al-Harbi, uma das testemunhas mais importantes, não se encontre na lista das pessoas procuradas pelo FBI. Nestas circunstâncias, não se pode excluir que o vídeo se destina a justificar a condenação à morte de Bin Laden por um desses tribunais militares secretos de cuja existência só o presidente americano tem conhecimento, permitindo assim enterrar para sempre muitos dos segredos existentes entre a família Bush e Bin Laden e o grupo multinacional «Consulting». O professor Gernot Rotter, islamista e arabista no Instituto Ásia-África de Hamburgo, conclui que, «independentemente do facto de Bin Laden ter ou não participado, organizado ou estar envolvido nos atentados, esta cassete é de uma tão má qualidade que não é perceptível em muitos momentos. E aquilo que nela é perceptível está tão fora do contexto que não poderá constituir qualquer elemento de prova. Os tradutores americanos que ouviram a cassete transcreveram muitas coisas que lá não se encontram, mas que eles queriam ouvir, e que mesmo depois de se analisarem várias vezes não se encontram lá».

## Molin

Uma «grande vitória dos trabalhadores da Molin» foi conseguida poucos dias antes do Natal, informou o Sinorquia/CGTP. Uma nota do sindicato deu conta de que, durante mais uma acção de protesto e solidariedade, realizada dia 18 frente ao Centro Regional de Segurança Social, no Porto, a responsável do serviço anunciou que seria pago no prazo de 48 horas o valor do subsídio de desemprego em dívida a Margarida Ribeiro. Esta trabalhadora, cinco meses após o encerramento da empresa, ainda não tinha recebido qualquer importância do subsídio a que tem direito.

## Repressão na segurança

Os processos disciplinares instaurados contra dirigentes associativos da GNR, PSP e Polícia Marítima têm sido «um estratagem para calar vozes», protestou a comissão coordenadora dos sindicatos e associações das forças e serviços de segurança. No final de uma reunião que teve lugar em Lisboa, no dia 21, José Carreira, da Associação Sócio-Profissional da Polícia, leu aos jornalistas o comunicado da comissão, onde se afirma que aqueles processos «não passam de velhos estratagemas para tentar calar as vozes àqueles que lutam por direitos constitucionais e pretendem, de forma responsável e com a sua experiência profissional, contribuir para o engrandecimento e melhoria do desempenho e imagem das instituições que orgulhosamente servem e representam». A posição da comissão, citada pela Agência Lusa, prende-se com a suspensão de 90 dias imposta ao cabo José Alho, do destacamento de Beja da Brigada de Trânsito da GNR e dirigente da Associação Profissional da Guarda. José Alho, guarda da GNR há 15 anos, começou a cumprir a suspensão no dia 18 de Dezembro e não receberá dois terços do salário nem pode exercer funções, e passou a noite de Natal frente ao Quartel do Carmo, em sinal de protesto contra a pena decretada pelo comandante. Processos disciplinares, contestados pela comissão coordenadora, atingem também os dirigentes associativos José Manageiro, da APG, António Cartaxo, da ASP/PSP, e César Silva, da ASP/Polícia Marítima. A comissão coordenadora, que integra membros de associações profissionais e sindicatos da GNR, PSP, PM, Polícia Judiciária e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, lamentou a época escolhida para punir José Alho e reclamou o arquivamento dos processos.

## Governo fecha nos 2,75

As negociações salariais da Administração Pública foram, no dia 20, dadas por encerradas pelo Governo. Apesar de não ter chegado a acordo com nenhuma das estruturas sindicais envolvidas no processo negocial, o ainda ministro Alberto Martins informou que o executivo vai aplicar, já em Janeiro, aumentos de 2,75 por cento, argumentando que este valor se situa no intervalo previsto pelo Governo para a inflação no próximo ano.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, constituída por estruturas filiadas na CGTP ou sem filiação em qualquer central, foi a estrutura que manteve durante mais tempo a discussão com os representantes do Governo. Paulo Trindade justificou o facto aos jornalistas dizendo que tentaram inúmeras vezes que o Governo não encerrasse as negociações. «Reiteramos a nossa determinação em não dar o processo por encerrado e admitimos baixar a nossa proposta de aumentos de seis por cento, se isso acontecesse», disse o sindicalista, reafirmando a disponibilidade da Frente Comum para continuar a negociar com este Governo ou com outro. Garantiu também, citado pela Lusa, que os trabalhadores não vão cruzar os braços perante o aumento de 2,75 por cento e que a contestação vai prosseguir.

Em 2001, só com o acordo da Fesap/UGT, o Governo aplicou aumentos de 3,71 por cento e a inflação passou os 4,4 por cento. Em 2000 os aumentos foram de 2,5 por cento e a inflação situou-se nos 2,9 por cento.

## Rádio Capital

A greve de dia 20 na Rádio Capital foi saudada pelo Sindicato dos Jornalistas como uma «prova de resistência», já que os jornalistas e demais trabalhadores «não se deixaram intimidar nem cederam à manobra da administração, que pretendia fazer a entrega dos cheques relativos ao subsídio de Natal apenas àqueles que não se encontrassem em greve». O SJ, que convocou a luta juntamente com o SIT, condenou a atitude patronal, tomada «sob o falso e inaceitável pretexto de que cumpriam uma paralisação». O subsídio de Natal, por imposição legal, deve ser pago até 15 de Dezembro, o que não se verificou, como explicaram os dois sindicatos na véspera da greve. Esta forma de luta foi aprovada em plenário.

# Patrões devem 20 milhões de contos a 20 mil trabalhadores

**N**o último ano, a dívida a trabalhadores de empresas que faliram ou encerraram aumentou 712 mil contos. A média, segundo a União dos Sindicatos de Lisboa, ultrapassa no distrito os mil contos por trabalhador, em 293 casos que têm, na maioria, mais de 5 anos. Mas estão ainda por resolver 9 processos que vêm da década de 70.



# Falências por pagar

«Apesar de, recentemente, a Assembleia da República ter correspondido positivamente a algumas reivindicações da USL/CGTP, nomeadamente ao aprovar legislação que alarga os períodos de referência do período de garantia e considera os trabalhadores como credores privilegiados no que respeita ao pagamento das indemnizações, a questão de fundo continua por resolver», denuncia-se no levantamento que a estrutura sindical distrital divulgou no dia 19. A nova lei, explica a USL, não contemplou o princípio de que, caso num determinado prazo não houvesse uma decisão judicial sobre processos de falência ou encerramento, o Estado seria responsável por adiantar as verbas devidas aos trabalhadores. Por este motivo, a legislação «persiste em ignorar um problema que envolve milhares de trabalhadoras e trabalhadores e necessita ser urgentemente resolvido».

A denúncia desta «situação escandalosa, que reflecte uma enorme insensibilidade social e envergonha o País e a justiça portuguesa», tem levado a União a realizar, no final de cada ano, sucessivos levantamentos sobre a dimensão da dívida aos trabalhadores de empresas falidas ou encerradas no distrito de Lisboa. Em 2001, foram contabilizadas 293 empresas, de 13 sectores, com cerca de 20 mil trabalhadores. O montante global da dívida supera os 22 712 contos (mais de 113 milhões de euros). Há 9 processos que se arrastam desde a década de 70; aos anos 80 remontam 42 casos; dos últimos 5 a 10 anos vêm 107 processos. Em 2001 a dívida cresceu 712 mil contos, destacando-se (pelo número de trabalhadores atingidos) os casos da TWA, Cerâmica Constância, Aviário das Cardosas, Deema (Faianças Abrigada) e Regindústria. A USL chama a atenção para as consequências económicas que decorrem do enfraquecimento do tecido produtivo no distrito, a que se somam os efeitos de uma tão elevada soma, por não ser paga aos trabalhadores,



representar «dinheiro que não circula e não é investido no quotidiano económico da região». São apontadas com particular ênfase «as profundas implicações sociais destes processos, que atingem particular gravidade quando estão envolvidos trabalhadores com mais de 45 anos de idade, que se vêem confrontados com uma dificuldade acrescida na obtenção de um emprego num mercado de trabalho onde predomina uma visão economicista bacoca, assistindo-se a verdadeiros e preocupantes trajectos de exclusão social». Recorda ainda a União que certas empresas, das que sofrem processos de encerramento ou falência, constituem

«pilares da economia de algumas zonas, afectando nalguns casos famílias inteiras», que não recebem os créditos a que têm direito, respeitantes à remuneração de trabalho prestado (salários, subsídios) e às indemnizações legalmente previstas para situações de extinção ou liquidação dos postos de trabalho.

## Justiça adiada

A USL reclama rapidez e eficácia para a justiça, para que os trabalhadores deixem de ser penalizados pela «incapacidade conflagradora» de dar resposta aos inúmeros casos que aguardam decisão dos juizes. Para a estrutura distrital da CGTP,

«é inaceitável que existam processos pendentes nos tribunais há mais de duas dezenas de anos» e «é inconcebível que, designadamente depois da venda do património das empresas, os trabalhadores continuem a aguardar pelo pagamento daquilo a que têm direito, devido à apresentação de recursos por outros credores, que originam o arrastamento da resolução dos processos». Para obviar a tal situação, que «acaba por ser aproveitada por alguns gestores judiciais para manterem indefinidamente os seus honorários», a USL reclama a liquidação antecipada dos créditos dos trabalhadores, nos casos onde se registre morosidade nas decisões dos tribunais.

*Há famílias inteiras cujo sustento dependia exclusivamente dos salários que auferiam pelo trabalho prestado durante anos para empresas que tinham grande peso na economia local*

## Necessária acção urgente

A União dos Sindicatos de Lisboa sublinha que «a celeridade dos processos judiciais é inseparável da realização da justiça». Por isso, «apesar do reconhecimento manifestado pela generalidade das instituições políticas às razões que consubstanciam as reivindicações da USL e dos trabalhadores, é evidente que é necessário passar das palavras aos actos». Ao mesmo tempo que exige respostas do Governo e do poder judicial, a União reclama «a implementação urgente de medidas que resolvam os actuais problemas e previnam futuras situações», designadamente:

- a liquidação parcial e antecipada do património que constitui a massa falida da empresa, de modo a permitir pagar os créditos aos trabalhadores;
- a definição de um prazo máximo para concluir processos de falência, findo o qual o Estado deve pagar os créditos aos trabalhadores (tomando o lugar destes entre os credores);

- o pagamento de juros aos trabalhadores nos créditos em processos de falência;
- a responsabilização pessoal e solidária dos administradores e gerentes pelas dívidas salariais, tal como sucede já com os créditos fiscais e parafiscais;
- a simplificação da prova de má-fé quando a venda de património frustrar as expectativas;
- uma mais profunda investigação criminal sempre que haja qualquer declaração de falência, para combater casos de fraude;
- a responsabilização dos operadores de justiça face a provas de negligência;
- a garantia dos direitos dos trabalhadores em quaisquer processos de reestruturação de empresas e sectores em crise, com destaque para o direito a um novo posto de trabalho. Uma queixa da USL deverá seguir para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, caso o Estado português

continue a não garantir justiça em tempo razoável.

## Valeu a pena

Na mesma ocasião, a USL realçou os resultados obtidos, durante o ano que agora finda, «por força da intervenção dos sindicatos e dos trabalhadores». Na indústria gráfica, são referidas a Metalminer e a Manuel A. Pacheco. A solução dos processos permitiu que os trabalhadores recebessem cerca de 266 mil contos. No sector têxtil, foram feitos pagamentos de quase 13 mil contos, relativos ao processo da Temper. No caso da Sociedade Nacional de Sabões, da indústria química, o tribunal decidiu o pagamento das indemnizações aos trabalhadores que estavam no activo (uma dívida superior a 363 mil contos) e no dia 19 começaram a ser pagas as dívidas aos reformados.

*Iniciou-se no dia 19 o pagamento das dívidas aos reformados da Sociedade Nacional de Sabões, depois de uma decisão judicial favorável também aos trabalhadores no activo*

**H**á documentos históricos espantosos. É o caso do documento que aqui abordamos.

Apesar de ter quase 40 anos, é duma actualidade notável para compreender a real natureza do imperialismo norte-americano. Trata-se duma proposta dos chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas dos EUA para o lançamento de acções de terrorismo que pudessem ser imputadas ao governo cubano e viessem assim a justificar o lançamento de operações militares americanas de grande envergadura contra a Revolução Cubana. O documento, naturalmente classificado como *Top Secret*, foi recentemente tornado público. Um jornalista americano, James Bamford, chamou a atenção para o documento no seu livro *Body of Secrets* (da editora Doubleday). O documento está disponível na Internet, no site da Universidade George Washington.

(<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news/20010430/doc1.pdf>).

### O documento

O documento em questão é um Memorando dos chefes do Estado-Maior General (*Joint Chiefs of Staff*) das Forças Armadas dos EUA, dirigida ao então ministro da Defesa, Robert McNamara. Tem a data de 13 de Março de 1962 e a assinatura do general, do Exército, Lyman L. Lemnitzer, na altura Chefe do Estado-Maior General. Trata-se, pois, dum documento da autoria das máximas autoridades militares dos Estados Unidos. O objectivo do documento é revelado de forma clara: «Justificação para uma intervenção militar dos EUA em Cuba». E reafirmado logo no primeiro ponto do documento, onde se afirma que, a pedido do Chefe de Operações do Projecto Cuba, se procedeu a elaborar «uma breve, mas concreta, descrição de pretextos que possam fornecer uma justificação para uma intervenção militar em Cuba»,

• Jorge Cadima

# A Operação Northwoods Um plano concreto de terrorismo de Estado

pretextos que os comandos militares dos EUA transmitiam ao poder civil para consideração. Num Apêndice, desenvolvem-se estas ideias:

«3. Este plano, incorporando projectos escolhidos de entre as propostas em anexo, ou de outras fontes, deve ser desenvolvido de forma a concentrar todos os esforços no objectivo último específico de fornecer justificações adequadas para uma intervenção militar dos EUA. Um tal plano permitiria um crescendo lógico de incidentes, a ser conjugado com outros acontecimentos aparentemente não relacionados, de forma a camuflar [sic!] o objectivo último e criar a impressão necessária de uma temeridade e irresponsabilidade cubanas em grande escala, dirigidas contra os Estados Unidos e outros países. [...] O resultado desejado da execução deste plano seria o de colocar os Estados Unidos na posição aparente de sofrer malféitorias evidentes por parte dum temerário e irresponsável governo de Cuba e desenvolver a imagem duma ameaça

Cubana à paz no Hemisfério Ocidental. [...]

5. Na medida em que o objectivo último é uma intervenção militar aberta, recomenda-se que a responsabilidade primeira pelo desenvolvimento dos aspectos militares e paramilitares do plano, no que respeita quer a operações abertas quer a operações encobertas, seja entregue à Chefia do Estado-Maior General».

No texto principal do Memorando, explica-se que existe uma certa urgência pelo facto de apenas existirem condições para concretizar estes planos «caso exista uma certeza razoável de que uma intervenção militar dos EUA em Cuba não envolva directamente a União Soviética. Não existe ainda qualquer acordo bilateral de apoio mútuo que comprometa a URSS com a defesa de Cuba. Cuba ainda não se tornou membro do Pacto de Varsóvia nem os Soviéticos estabeleceram bases soviéticas em Cuba, nos moldes das bases dos EUA na Europa Ocidental. Assim,

e como o tempo surge como factor importante na resolução do problema de Cuba, sugere-se que todos os projectos sejam concretizados no espaço dos próximos meses».

Esclarecidos que estão os objectivos de tão provocatória nota, segue-se um Anexo ao Apêndice, em que se concretizam as propostas que podem «justificar» a agressão a Cuba. Se o que foi dito até aqui é já de si espantoso, o que se segue ultrapassa o imaginável:

«1. Uma vez que parece desejável utilizar a provocação legítima [sic!] como base para uma intervenção militar dos EUA em Cuba, um plano de dissimulação e encobrimento [...] deve ser levado à prática como esforço inicial para provocar reacções cubanas [sic!]. Deve-se enfatizar o assédio, acrescido de acções de dissimulação que convençam os cubanos de que uma invasão está iminente [...].

«2. Uma série de incidentes bem coordenados será planeada para decor-



~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~



THE JOINT CHIEFS OF STAFF  
WASHINGTON 25, D.C.

UNCLASSIFIED

13 March 1962

MEMORANDUM FOR THE SECRETARY OF DEFENSE

Subject: Justification for US Military Intervention in Cuba (TS)

1. The Joint Chiefs of Staff have considered the attached Memorandum for the Chief of Operations, Cuba Project, which responds to a request of that office for brief but precise description of pretextos which would provide justification for US military intervention in Cuba.

2. The Joint Chiefs of Staff recommend that the proposed memorandum be forwarded as a preliminary submission suitable for planning purposes. It is assumed that there will be similar submissions from other agencies and that these inputs will be used as a basis for developing a time-phased plan. Individual projects can then be considered on a case-by-case basis.

3. Further, it is assumed that a single agency will be given the primary responsibility for developing military and para-military aspects of the basic plan. It is recommended that this responsibility for both overt and covert military operations be assigned the Joint Chiefs of Staff.

For the Joint Chiefs of Staff:

SYSTEMATICALLY REVIEWED  
BY JCS ON 21 May 84  
CLASSIFICATION CONTINUED

L. L. Lemnitzer  
L. L. LEMNITZER  
Chairman  
Joint Chiefs of Staff

1 Enclosure  
Memo for Chief of Operations, Cuba Project

EXCLUDED FROM GDS

EXCLUDED FROM AUTOMATIC  
REGRADING; DOD DIR 5200.10  
DOES NOT APPLY

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

rer dentro ou em torno de [a base militar dos EUA na baía cubana de] Guantanamo, de forma a dar a aparência genuína [sic!] de serem levados a cabo por forças hostis cubanas.

a) Incidentes que estabeleçam um ataque credível (não por ordem cronológica):

a. Lançar boatos (muitos). Utilizar rádio clandestina.

b. Desembarcar Cubanos amigos, de uniforme, "do lado de lá da barreira" para simularem um ataque à base.

c. Capturar sabotadores Cubanos (amigos) no interior da base.

d. Iniciar distúrbios perto da entrada principal da base (Cubanos amigos).

e. Fazer explodir munições no interior da base; atear fogos.

f. Incendiar aviões na base aérea (sabotagem).

g. Disparar munições de morteiro do exterior para o interior da base. Provocar alguns danos às instalações.

h. Capturar equipas de assalto que se aproximem vindas do mar ou da vizinhança da cidade de Guantanamo.

i. Capturar grupos de milícias que tentem tomar de assalto a base.

j. Afundar barco na baía; fogos grandes.

k. Afundar barco na entrada da baía. Efectuar funerais para falsas vítimas [sic!] (pode ser em substituição de (10)).

b) Os Estados Unidos responderão efectuando operações ofensivas para garantir o controlo de fontes de abastecimento de água e electricidade, destruindo postações de artilharia e morteiros que ameacem a base.

c) Começo das operações militares em grande escala dos Estados Unidos.

«3. Um incidente tipo "Lembre-se do Maine" (1) poderia ser organizado de várias formas:

a) Poderíamos fazer explodir um barco dos EUA na Baía de Guantanamo e responsabilizar Cuba.

b) Poderíamos fazer explodir um navio (não tripulado) algures em águas cubanas. Poderíamos organizar esse

incidente de forma a que tivesse lugar nas proximidades de Havana ou Santiago, como o resultado espectacular dum ataque cubano a partir do ar e/ou mar. A presença de aviões ou navios cubanos que estivessem simplesmente a investigar as intenções desse navio poderia constituir indício bastante convincente de que o navio estava a ser atacado [sic!]. A proximidade de Havana ou Santiago daria uma credibilidade adicional, em especial junto daquelas pessoas que pudessem ter ouvido a explosão ou visto o incêndio [sic!]. Os EUA poderiam fazer-se seguir uma operação de resgate por ar/mar, coberta por caças dos EUA, de forma a "evacuar" os restantes membros duma tripulação inexistente [sic!]. As listas de baixas nos jornais dos EUA provocariam uma auxiliadora onde de indignação nacional [sic!].

«4. Poderíamos levar a cabo uma campanha de terror comunista cubano [sic!] na zona de Miami, noutras cidades da Florida ou até mesmo em Washington. A campanha de terror poderia dirigir-se contra refugiados cubanos que procurassem abrigo nos Estados Unidos [sic!]. Poderíamos afundar um barco cheio de Cubanos que se dirigissem para a Florida (real ou simulado) [sic!]. Poderíamos promover atentados contra as vidas de refugiados cubanos nos Estados Unidos, chegando até a feri-los em incidentes a serem largamente publicitados [sic!]. Fazer explodir algumas bombas de plástico em lugares cuidadosamente seleccionados, a detenção de agentes cubanos e a divulgação de documentos preparados para fundamentar o envolvimento cubano [sic!] também seriam de auxílio na transmissão da ideia de um governo irresponsável.

«5. Um ataque-pirata "baseado em Cuba, apoiado por Castro" poderia ser simulado contra uma nação caribenha vizinha [sic!] (à semelhança da invasão de 14 de Junho da República Dominicana). [...]

«6. A utilização de aviões tipo MIG,

com pilotos dos EUA, poderia fornecer uma provocação [sic!] adicional. A perturbação de aviões civis, ataques a navios e a destruição de aviões militares não tripulados dos EUA por aviões tipo MIG seriam úteis como acções complementares. Um F-86 adequadamente pintado convenceria os passageiros de um avião de que tinham visto um MIG cubano, em especial se o piloto desse transporte anunciasse esse facto. O principal obstáculo a esta sugestão parece ser o risco de segurança inerente à obtenção ou modificação dum avião. Porém, cópias razoáveis do MIG poderiam ser produzidas a partir de recursos dos EUA em cerca de três meses.

«7. Deve parecer que prosseguem tentativas de desvio de aviões ou embarcações de superfície civis, como acções de distúrbio apadrinhadas pelo Governo de Cuba. Ao mesmo tempo, deserções genuínas de embarcações aéreas e de superfície cubanas, civis e militares, devem ser encorajadas [sic!].

«8. É possível criar um incidente que demonstre de forma convincente [sic!] que um avião cubano atacou e abateu a tiro um voo charter civil que se dirigisse dos Estados Unidos para a Jamaica, Guatemala, Panamá ou Venezuela. O destino seria escolhido apenas em função de obrigar o plano de voo a atravessar Cuba. Os passageiros poderiam ser um grupo de estudantes universitários em viagem de férias, ou qualquer grupo de pessoas com um interesse comum que justificasse a organização duma viagem não-comercial. [...]

«9. É possível criar um incidente que faça parecer que MIGs comunistas cubanos [sic!] destruíram um avião da Força Aérea dos EUA sobre águas internacionais, num ataque não provocado. [...]

Alguns comentários

É natural que o leitor esteja ainda a recuperar o fôlego. Mas arriscamos alguns breves comentários adicionais.

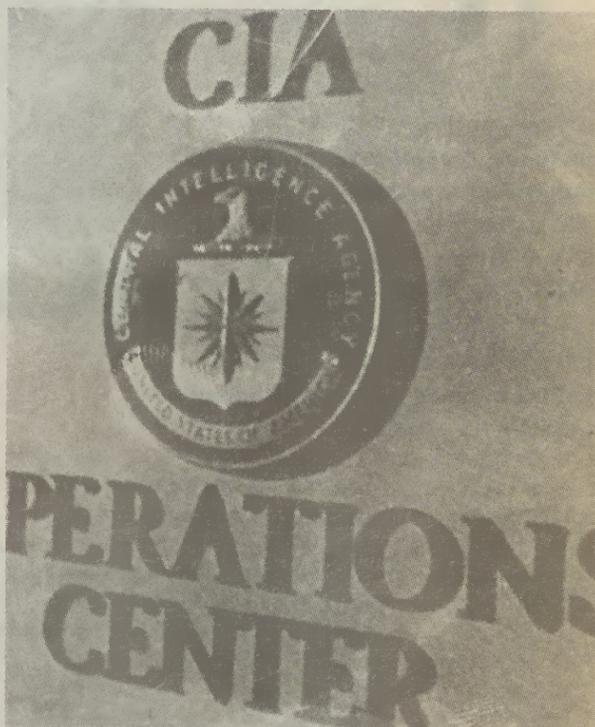
Este documento propõe-se levar a cabo actos de terrorismo e de guerra, e culpar quem não os cometeu. Baseia-se na mentira, na duplicidade, na provocação criminosa. E qual o objectivo de tão «nobres» meios? Inventar pretextos para uma agressão militar em larga escala... Agressão contra um país que o próprio documento admite implicitamente não ser responsável por actos de terrorismo, de guerra, de agressão contra os seus vizinhos (incluindo os EUA): se a Revolução Cubana fosse responsável por tais actos, não seria «necessário» aos altos comandos militares dos EUA forjá-los. Temos assim a prova documental de duas características fundamentais que, desde sempre, caracterizam a acção do imperialismo norte-americano: a mentira e a agressão.

É verdade que este documento não chegou a ser aprovado pelas autoridades civis dos EUA. Talvez por isso, ele tenha chegado até ao nosso conhecimento. A sua não-aprovação pode dever-se ao facto de, na altura, o presidente dos EUA ser John F. Kennedy, já escaldado pela derrota humilhante da tentada invasão na Baía dos Porcos. É um facto histórico que Kennedy viria a ser assassinado um ano e meio mais tarde. Cerca de três quartos dos americanos não acreditam na tese oficial sobre a sua morte. Depois de ler este documento, é legítima a suspeita que o presidente Kennedy tenha sucumbido às mãos de «cubanos amigos», num «incidente que desse a aparência genuína de ter sido levado a cabo» por outrem, mas tivesse sido na verdade organizado e comandado pelos «temerários e irres-

ponsáveis» que presidiam aos altos comandos militares (e dos serviços secretos) dos EUA.

O facto de os mais altos responsáveis militares da mais poderosa nação do planeta se sentirem à vontade para enviar para aprovação e concretização um documento propondo a execução de actos terroristas, de assassinatos, de provocações cujo «objectivo último» era o de «justificar uma intervenção militar dos EUA», sem que tenham sido por isso presos, ou pelo menos demitidos e publicamente condenados, indicia que operações deste tipo são correntes para o imperialismo norte-americano. Nada que não se soubesse, mas que fica patente neste documento.

Ao ler este texto, é impossível não pensar nesse imenso cortejo de guerras sujas dos EUA. Na guerra contra a



Nicarágua Sandinista, nas redes bombistas em Itália ou Portugal, nos terroristas do UÇK, nos assassinos da UNITA, nos aviões sul-coreanos, e... quem sabe se nos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001? Não existem hoje dados que permitam retirar essa conclusão. Mas alguém nos pode garantir que quem foi capaz de propor provocações criminosas com um objectivo «limitado» de invadir Cuba não pensasse também em organizar (ou deixar que se concretizassem) provocações de maior envergadura, a fim de concretizar objectivos planetários? Mesmo com a «divulgação de documentos preparados para fundamentar o envolvimento» de alguém?

Um último aspecto: registre-se o facto de os altos comandos militares sentirem a sua «liberdade de agressão» manietada pela existência da União Soviética. A Queda do Muro significa que novos generais Lemnitzer sentem-se hoje mais à vontade para atacar. O actual poder nos EUA é herdeiro directo dos ambientes políticos e militares que geraram o general Lemnitzer. As suas proclamadas intenções de levar a cabo guerras durante muitos anos, com os alvos e as modalidades que desejarem, devem ser levadas muito a sério.

(1) A referência é ao famigerado incidente no qual o navio norte-americano Maine foi afundado numa explosão no porto de Havana, no dia 15 de Fevereiro de 1898, provocando a morte de largas dezenas de marinheiros. Cuba estava então em luta pela sua independência da potência colonial espanhola. O incidente, pelo qual os EUA responsabilizaram a Espanha, foi motivo de grande campanha mediática nos EUA (precisamente em torno da palavra de ordem "Remember the Maine") que ajudou a criar as condições políticas para a entrada dos EUA na guerra Hispano-Americana, "em defesa dos oprimidos pela colonização espanhola". Dessa guerra resultou a transferência das colónias espanholas de Porto Rico, Guam e Filipinas para o nascente Império Americano, e a ocupação militar de Cuba pelos EUA. Desde sempre se suspeitou que a real autoria da explosão a bordo do Maine era norte-americana, tese que os chefes de Estado-Maior General dos EUA que redigiram este documento parecem partilhar, ao proporem a reedição desse episódio.

UNCLASSIFIED NOT FORN
7. Hijacking attempts against civil air and surface craft should appear to continue as harassing measures condoned by the government of Cuba. Concurrently, genuine defections of Cuban civil and military air and surface craft should be encouraged.
8. It is possible to create an incident which will demonstrate convincingly that a Cuban aircraft has attacked and shot down a chartered civil airliner enroute from the United States to Jamaica, Guatemala, Panama or Venezuela. The destination would be chosen only to cause the flight plan route to cross Cuba. The passengers could be a group of college students off on a holiday or any grouping of persons with a common interest to place the United States in a favorable position in the international forum should be favorably affected by developing the international image of the Cuban government as rash and irresponsible, and as an alarming and unpredictable threat to the peace of the Western Hemisphere.
6. While the foregoing premise can be utilized at the present time it will continue to hold good only as long as there can be reasonable certainty that US military intervention in Cuba would not directly involve the Soviet Union. There is
\* Memorandum for General Craig from Chief of Operations, Cuba Project, subject: "Operation MONOGOOSE", dated 5 March 1962, on file in General Craig's office.
\*\* Memorandum for the Chairman, Joint Chiefs of Staff, from Chief of Naval Operations, subject: "Instances to Provoke Military Actions in Cuba (TS)", dated 8 March 1962, on file in General Craig's office.
2
UNCLASSIFIED NOT FORN
TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOT FORN
The transmission
... by destruction of the aircraft which will
be triggered by radio signal. This will allow ICAO radio
Annex to Appendix
to Enclosure A
10
UNCLASSIFIED NOT FORN
TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOT FORN
TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOT FORN

# Notícias sobre os tectos barrocos do Solar das Morgadas na Covilhã, sede do PCP

O Solar chamado das Morgadas, no centro histórico da Covilhã, onde está instalada a sede do PCP, é um imóvel seiscentista de alto interesse patrimonial, pelo facto de nele se preservarem dois tectos de pintura com alta valia iconográfica e artística, que estão a ser alvo, neste momento, de um profundo restauro por parte da firma Arte&Restauro (com o apoio do IPPAR e da Região de Turismo da Serra da Estrela), a fim de poderem ser devolvidos ao olhar da população e integrados de pleno direito nas rotas turístico-patrimoniais da cidade da Covilhã.

Trata-se das pinturas de dois tectos. O mais notável é o tecto do Salão dos Continentes, decorado sobre os caixotões de pinho que integram a obra de masseira com uma notável representação alegórica das quatro partes do Mundo e que se prolonga na cimalha em imaginosa paisagens alusivas, cheias de referências exóticas e fantásticas. O outro tecto,

mais tardio, decora a pequena capela solarenga, datada de 1741. O processo de restauro em curso permitiu consolidar as estruturas de suporte, remover grosseiros repintes que adulteravam as cenas pintadas e devolver-lhes o primitivo carácter. O PCP, que pugna sempre pela defesa dos valores patrimoniais e identitários, contribui assim para devolver ao povo e à região um valor significativo do seu acervo histórico.

As investigações levadas a cabo a respeito destas obras, através dos historiadores de arte, Vítor Serrão (\*) e Ricardo Silva (†) (Faculdade de Letras de Lisboa), permitiram deslindar a origem dessas pinturas. Assim, o tecto da Sala dos Continentes deve-se a uma encomenda do proprietário do solar, o dr. Simão Cordeiro Tavares Cardoso, que em 1642 ordenou a factura dessa obra ao marceneiro Manuel Antunes da Rosa, a fim de que forrasse o salão em apainelado de pinho. Só no final da centúria, cerca de 1690, os caixotões foram pintados com as referidas alegorias aos Continentes e

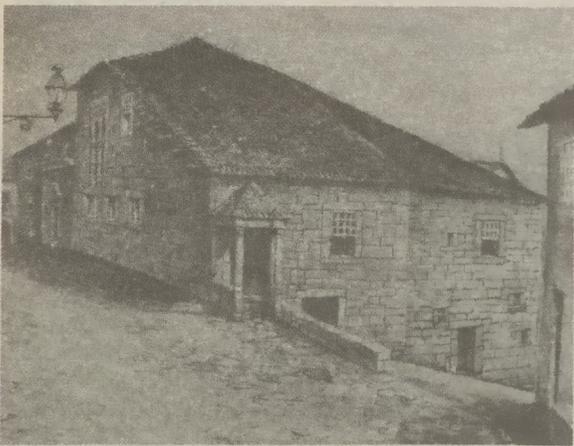
demais figurações de paisagem idealizada e exótica, cabendo a obra a uma oficina local de nível mediano, ao tempo muito operosa: a oficina de Manuel Pereira, mestre de óleo e têmpera documentado na Covilhã entre 1690 e 1711, e a quem se deve outras obras na igreja da Misericórdia (onde pintou o desaparecido tecto da capela-mor, em 1699), na igreja de Nossa Senhora da Conceição (tábuas do tecto e paredes da capela-mor. C. 1700) e em parte das pinturas que decoram o tecto, recém-restaurado, da Capela do Santo Cristo de Teixoso.

O tecto dos Continentes é deveras interessante sob o ponto de vista do turismo cultural, mesmo apesar de certa ingenuidade de execução, pelo seu tom exótico, pela novidade da sua cenografia e pela liberdade inesperada do seu programa iconográfico. A obra ajuda a caracterizar melhor o que foi o mercado artístico da Covilhã no tempo de D. Pedro II e de D. João V, época de desenvolvimento do mercado de têxteis, cujos membros já se haviam socialmente organizado como classe laboriosa, e em que o facto de essa comunidade integrar muitos cristãos-novos favoreceu a repressão dos esbirros do Santo Ofício, sendo numerosos os covilhanenses detidos nestes anos e muitos também os que foram penitenciados em autos-de-fé. A família Cordeiro Tavares, encomendante destas obras, buscava assegurar através da sua realização não só um prestígio local que afirmasse o seu estatuto social mas também um peso humanístico que de certa forma minorasse a repressão e mostrasse um sentido de mundividência de todo desajustado à realidade.

O outro tecto, já da fase barroca tardia, é de perspectiva arquitectónica ilusionista, com pormenores interessantes de caracterização (como os escadórios fingidos e os macacos que pousam nos balaustrés), e data já de

meados do século XVIII, podendo ser devido a outro pintor covilhanense com certo destaque na época, o mestre José Botelho de Albuquerque. O facto de estas obras estarem prestes a ser resgatadas da ruína que conduziria à sua iminente destruição é um facto merecedor de encómio nacional e que mais justifica a chamada de atenção para a visita, que doravante se pretende manter dinamizada, ao património do Solar das Morgadas.

(\*) Director do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
(†) Investigador do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



O enquadramento urbano em que se situa a sede do Centro de Trabalho da Covilhã do PCP. Em cima, gravura antiga do mesmo local



Tecto de caixotões do Salão dos Continentes. Fim do séc. XVII - início XVIII



Pintura em caixotão - Alegoria ao Continente Europeu Sécs. XVII-XVIII



Pintura em caixotão - Alegoria ao Continente Americano Sécs. XVII-XVIII



● Miguel Urbano Rodrigues

**A** chacina de Mazar-i-Sharif e o saque de Kandahar são acontecimentos que justificam uma reflexão profunda. Ambos mereceram uma atenção discreta dos *mass media*. A maioria dos jornalistas ocidentais que cobriram a guerra contra o povo do Afeganistão comportaram-se como cúmplices do alto comando norte-americano e evitaram comentar factos e decisões que iluminam bem uma faceta nova da estratégia de dominação perpétua sobre a humanidade do sistema de poder imperial dos EUA.

# A ditadura militar planetária sonho imperial dos EUA

Recordemos, primeiro, o que aconteceu em Mazar.

1. O comando militar norte-americano, cumprindo instruções do Pentágono, dirigiu ali uma gigantesca matança de prisioneiros. O sangrento episódio principiou com o levante na cidade de 600 prisioneiros, provocado pela tortura e assassinio de um companheiro por um oficial da CIA.

2. Chamados os aparelhos da Força Aérea dos EUA, vindos do Uzbequistão, bombardearam o recinto da fortaleza milenar, matando centenas de prisioneiros.

3. Tropas da chamada Aliança do Norte intervieram posteriormente. Sob o comando de um oficial norte-americano (o adjunto era britânico), os mercenários afegãos completaram o massacre.

4. Ao deporem as armas, os prisioneiros abatidos – muitos eram paquistaneses e árabes – tinham recebido garantias de vida. Foram desrespeitadas. Não houve sobreviventes da carnificina. O pátio da cidadela foi transformado num cemitério humano. Matanças como a de Oradour-sur-Clane, praticada em 1944 pela divisão SS Das Reich, são pouca coisa comparadas com a de Mazar, que apresenta o carimbo americano.

Em Kandahar, o Pentágono repetiu, num cenário étnico e cultural muito diferente, a metodologia que empregara no cercos de Kunduz e Mazar e na ofensiva sobre Kabul. Organizou e armou as tropas afegãs que utilizou como força terrestre. Tal como nas operações anteriores, não recorreu aos marines; preferiu

mobilizar tropas de assalto estrangeiras. No caso de Kandahar, os combatentes eram pachtunes, tal como os defensores, e não tadjiques ou uzbeques, como no Norte.

Essa maneira de conduzir uma guerra usando mercenários estrangeiros ressuscita a política militar de Cartago nas suas guerras contra Roma. Nos exércitos púnicos – é útil recordar – somente os oficiais superiores eram cartagineses. Na primeira guerra do século XXI, os EUA inovam, portanto, surgindo perante o mundo como uma Nova Cartago.

Em Kandahar, a fria decisão de matar transpareceu também como objectivo básico. A cidade, primeiro, foi submetida a bombardeamentos de saturação com explosivos potentíssimos. Depois intervieram os pachtunes, cuja adesão, no caso, foi comprada. O ouro americano correu pelas tribos da região, tal como correria na Conferência da Alemanha, onde foi fabricado sob medida o governo que apresenta a etiqueta *made in USA*. Negociada pelos representantes do novo governo, a rendição incluía garantias de vida para os defensores da praça. Essa cláusula foi também ignorada pelo comando americano. Houve uma orgia de crimes.

Washington já informou, entretanto, que exclui liminarmente a ideia de qualquer inquérito internacional que vise apurar a violação de direitos humanos. O

governo britânico assumiu posição idêntica.

Ao contemplar imagens das ruínas da cidadela de Mazar, onde os prisioneiros foram abatidos com requintes de crueldade, sob a tutela vigilante do Exército dos EUA, recordei o que senti na Polónia ao visitar Aushwitz, o mais monstruoso dos campos de extermínio do III Reich nazi. Quando a barbárie humana ultrapassa certos limites, a hierarquia dos crimes perde significado. Em Mazar e Kandahar, o Estado norte-americano, representado pelas suas Forças Armadas, atravessou essa linha divisória.

No final de 2001, as bombas norte-americanas explodiram em cidades do Afeganistão martirizado. Amanhã podem cair sobre o Iraque, a Síria, a Líbia, ou mesmo sobre os vales e montanhas da Colômbia. Não é por acaso que as FARC foram incluídas na lista das 25 organizações que Washington define como terroristas. Nos *mass media* norte-americanos intensifica-se a crítica aos movimentos de libertação, inscritos na lista negra dos EUA.

A campanha supostamente antiterrorista assume, na grande República de Jefferson, tonalidades neofascistas, o que começa a preocupar muitos intelectuais liberais. Essa realidade foi, aliás, sublinhada no Encontro anti-ALCA de Havana e no recente Fórum de São Paulo realizado na mesma cidade.

Transcorridos dois meses sobre a explosão dos primeiros mísseis em Kabul, o balanço da Cruzada de George Bush não justifica o entusiasmo dos porta-vozes do sistema de poder dos EUA.

1. A grande vítima da guerra foi o povo do Afeganistão. As cidades daquele país estão reduzidas a escombros. As bombas norte-americanas mataram ali muito mais gente, sobretudo crianças e mulheres, do que a desaparecida com as torres de Manhattan.

2. A tentativa dos EUA de impor em Kabul um governo de figurino ocidental está destinada a fracassar. Numa sociedade onde predominam as estruturas tribais, a simples ideia do funcionamento de um Estado que tenha por base as instituições da democracia representativa é, antes de mais, ridícula.

O historiador britânico Eric Hobsbawm, numa entrevista ao diário argentino «Clarín», emite a opinião de que o ataque militar ao Afeganistão foi uma «solução irrelevante». Essa conclusão teve impacto nos meios universitários dos EUA porque Hobsbawm, ex-comunista, deixou há muito de ser um crítico do imperialismo cujos males tanto denuncia na sua importante obra. Hoje, o seu cepticismo neoliberalizante levou-o a identificar algumas virtudes na nova ordem norte-americana. Entende que os EUA e os seus aliados europeus são obrigados, em defesa da civilização e do progresso, a impor a ordem em países incapazes de se autogovernarem. Admite inclusive que se pode chegar «a essa situação num país como a Colômbia». Para ele, entretanto, no Afeganistão, uma «sociedade acéfala, baseada em tribos e clãs», a intervenção militar não pode dar frutos políticos. Foi inútil.

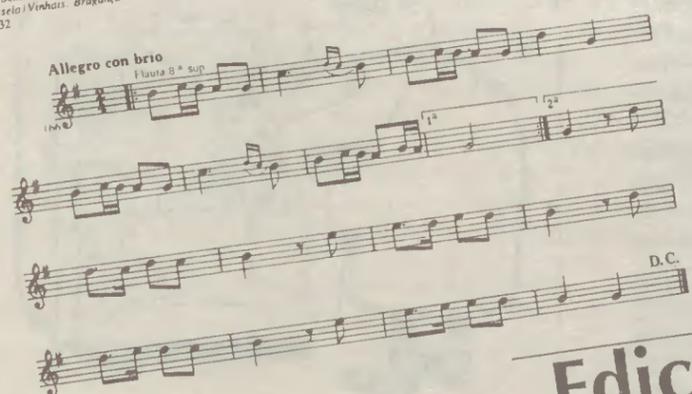
\*  
\* \*

Apresentando-se como campeão da luta contra o terrorismo, o império norte-americano, com a cumplicidade covarde dos aliados europeus, aparece hoje perante a humanidade como o responsável pela prática rotineira do terrorismo de Estado em escala mundial.

O ensaio geral do Afeganistão, na sequência do ataque à Jugoslávia, já foi definido como prólogo de uma ditadura militar planetária. A irracionalidade da agressão configura uma crise de civilização inseparável de uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade.

# CARVALHESA

K. Schindler  
Tausel/Vinhos, Bragança  
1932



## Edição especial



Em 1985, a Comissão Política do PCP fundou um grupo de trabalho com o objectivo de criar um tema musical para a campanha eleitoral das eleições legislativas desse ano.

Foi assim que nasceu a "Carvalhesa", a música que desde então acompanha a actividade política do PCP em sucessivas campanhas eleitorais e na Festa do "Avante!".

Em 1991, foi publicada uma edição especial não reeditável de 150 exemplares numerados e assinados da «Carvalhesa» que inclui: (a) 1 CD com a versão do arranjo do tema gravado em 1985, um arranjo para *big band* e outro *fusion* da autoria de **José Eduardo Conceição e Silva**, um arranjo para orquestra de câmara de **António Victorino d'Almeida**, um arranjo para computador de **Guilherme Scarpa Inês e José da Ponte**, a versão original recolhida por **Michel Giacometti** e diversas versões abreviadas dos arranjos anteriores para utilizações radiofónicas e outras; (b) 9 folhas assinadas e numeradas com pautas, fotos e outros elementos sobre a gravação; 2 cassetes com texto de **Ruben de Carvalho** e apresentação de **Cândido Mota** sobre a gravação e a sua história; uma serigrafia em 42 cores original de **Manuel SanPayo**; um *coffret* numerado manualmente com desenho inspirado em Malevich e Lissitsky por **Teresa Dias Coelho**.

Inseridos na Campanha de Fundos dos 250 Mil Contos, os poucos exemplares restantes dessa edição estão agora disponíveis para venda, ao preço original de Esc. 15.000\$00, no Centro de Trabalho Vitória e na Livraria da Socio Pereira Gomes

## Vendas de Natal

### • No PORTO

Exposição e venda de Arte  
«POR UM FUTURO DE PAZ»  
Por iniciativa do Sector Intelectual do Porto do PCP durante o mês de Dezembro  
Centro de Trabalho da Boavista

### • Em LISBOA

Banca de Natal  
no Centro de Trabalho Vitória  
ARTESANATO - QUEIJOS - ENCHIDOS  
e muitos outros produtos regionais de qualidade  
De 2.ª a 6.ª, das 11 às 21h.  
Sábado das 11 às 19h

### Venda de Natal

na Associação Portugal-Cuba  
ARTESANATO CUBANO  
Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.  
Tel. 213857305

## 2002

### 1.º de Maio em Cuba

De 29 de Abril a 11 de Maio 2002

Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios e Varadero

Viagem promovida pela

Direcção da Cidade de Lisboa do PCP

(Inf. e inscrições: cam. César Roussado, tel. 213307000, ou Centro de Trabalho Vitória)

### VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro - Angra dos Reis e Cabo Frio - Búzios

5 a 13 de Outubro (data prevista)

promovida pela

Comissão Concelhia de Almada

(Inscrições e informações: Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

## MANUEL TIAGO

### SALA 3

E OUTROS CONTOS



## Novidade já à venda

edições  
Brazuca

## Religiões

• Jorge Messias

Indiferente aos avanços das tecnologias modernas, o funil continua a afirmar-se como um utensílio doméstico insubstituível. Mudam os materiais com que é fabricado mas não se altera a sua eficácia. De ferro, de vidro, de louça ou de plástico, o funil conserva a sua secular estrutura: um cone largo onde os líquidos se depositam para logo escorrerem por um tubo estreito, igualmente cónico. Tão simples como isto. Impõe-se, como instrumento. É impossível ao comum dos homens pô-lo de lado. Porque permite que nem uma gota de líquido se perca.

# O buraco do funil



O funil pode ainda ser descrito de outras formas. Por exemplo, volumetricamente resulta da sobreposição de dois cones e é talhado em matéria sólida. Mas num dado ponto ele é imaterial: no buraco que dá passagem aos líquidos. É a sua área vital. Poucos repararão neste aspecto mas, de facto, a observação impõe-se: sem buraco, o funil seria decididamente inútil.

Sem como nem por quê, estas lembranças acorrem ao ler-se uma notícia recentemente filtrada através de um diário de grande circulação. Segundo o que nela se informa, o padre José Maia, presidente da UIPSS - União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apresentou ao Governo socialista uma proposta verdadeiramente original. Trata-se de melhorar a situação dos portugueses idosos, os quais, nos termos das fundamentações deste projecto, ultrapassam já o milhão e trezentos mil cidadãos na terceira idade. Apenas 3% deste grupo social estará a receber apoios por parte do Estado. Representam um núcleo populacional importante, a necessitar de habitação condigna, alimentação, cuidados de saúde, ocupações do lazer, etc. Atenta a

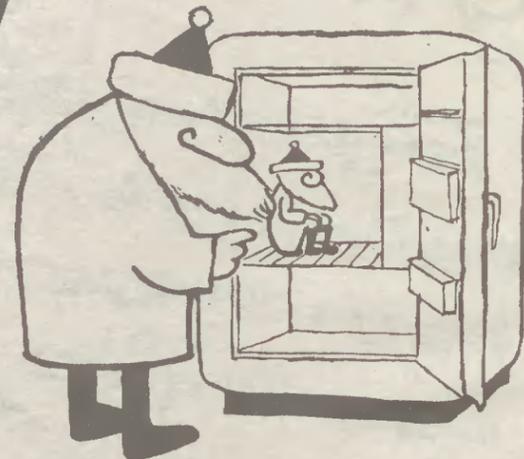
tudo isto, a UIPSS propôs ao Ministério da Solidariedade e às Associações de Municípios e de Juntas de Freguesia uma ideia peregrina. Trata-se de estabelecer, através da recuperação de edifícios públicos abandonados ou de terrenos estatais sem aproveitamento (casas do povo, escolas primárias, postos de serviços florestais, antigos quartéis, instalações ferroviárias, etc.), de uma rede nacional de casas comunitárias para a terceira idade. Naturalmente que o padre Maia, ao avançar com esta proposta altruísta, coloca os pés em terra e estabelece certas condições contratuais. O Estado cederia as

casas, procederia à sua recuperação e ao seu equipamento, assumiria (em conjunto com as autarquias) os encargos com o pessoal e entregaria a gestão destes serviços à IPSS. O sacerdote sugere, depois, como eventuais fontes de financiamento do projecto, a utilização dos fundos sociais comunitários (248 milhões de contos até 2006) e a participação financeira das autarquias, através da afectação de verbas próprias. A manutenção destas casas, acrescenta o padre Maia, «poderá ser garantida por pessoas que estejam a receber o rendimento mínimo garantido», desde que - insiste - «se mobilizem as paróquias e outras instituições, como as próprias IPSS, para fazerem a gestão dos equipamentos».

Compreende-se que a Igreja tenha o direito de assumir iniciativas no plano social. É parte integrante da sua doutrina a assistência, o combate à pobreza, a defesa dos direitos das minorias desprotegidas, etc. Já não se deve aceitar que recolha lucros financeiros e alargue a sua esfera de influência através de pactos e combinações com o poder político ou com os interesses privados. É o caso do exemplo que citamos. Tal como é o caso do Banco Alimentar que pratica a caridade enquanto, simultaneamente, promove as vendas das «grandes superfícies». Ou como é o caso de muitas ONG confessionais ligadas aos lucros materiais de um polémico voluntariado.

É claro que as propostas do padre Maia representam um detalhe menor na torrente dos gigantescos privilégios que constantemente se escoam através do invisível funil. Não se deve regatear mais milhão menos milhão. O que nos deve preocupar são as crescentes dimensões do tal buraco do funil, imaterial e indetectável, por onde rapidamente se escoam as conquistas e os direitos que julgámos ver garantidos na existência de um Estado democrático.

## Pontos Cardeais



### Orientações

No primeiro Conselho de Ministros após a demissão de António Guterres, o ainda primeiro-ministro fez aprovar uma orientação para todos os governantes no sentido de estes não nomearem elementos dos seus gabinetes «para nada», agora que chegou a hora da partida. A orientação só admite nomeações «em regime de substituição» (em caso de morte, por exemplo) e, teoricamente, coloca os numerosos elementos das equipas ministeriais na contingência de regressarem aos antigos empregos, sem o «amparo» de um lugar na função pública por via da nomeação apressada. Segundo dados revelados pelo *Público*, serão 1400, os potenciais «atingidos» pela determinação de Guterres.

Curiosamente, esta orientação foi «apagada» do comunicado oficial da reunião, não tendo vindo a público. Compreende-se. É que esta orientação confirma várias coisas. Uma - e mais importante - é a de admitir claramente que os tais «jobs for the boys» foi uma prática corrente nas administrações do PS de António Guterres - tão corrente que, no fechar da festa, o primeiro-ministro teve o cuidado de «orientar» contra tal prática. Outra - e decorrente da primeira - é que nada garante que esta «orientação» dada em segredo pelo primeiro-ministro seja mais respeitada que as anteriores de igual sentido. Estamos todos lembrados do que resultou do célebre «combate» de António Guterres contra os «jobs for the boys», então duramente criticados nos governos de Cavaco Silva...

### Tanto faz!

No seu discurso de «pré-candidatura» à chefia do PS, o engenheiro Ferro Rodrigues admitiu alianças pós-eleitorais «tanto com o PCP como com o PP», embora manifestasse «preferência» pela esquerda. Mas com condições: segundo ele, o PCP teria de «mudar», de se «modernizar» (seja lá isso o que for).

Anote-se, entretanto, a postura: para formar governo, o presumível novo dirigente do PS acha que tanto se pode aliar ao PP como ao PCP - tanto faz! -, parecendo, com isso, considerar que são ambos a mesma coisa!

Assim sendo, o que será, ideologicamente, Ferro Rodrigues?

### Estatísticas

Segundo a Brigada de Trânsito da GNR, o morticínio continua, nas estradas portuguesas, sem sinais de abrandamento: só na «Operação Natal» realizada em todo o País registaram-se 20 mortos (número semelhante ao ano passado) e 86 feridos graves (mais cerca de 30 que no ano transacto). Quanto às causas dos acidentes, as estatísticas da GNR são elucidativas e esmagadoras: assentam essencialmente na velocidade excessiva e no desrespeito pelas regras de trânsito. Quanto à ingestão de bebidas alcoólicas - e apesar de se manter a taxa de alcoolemia de 0,2 - apenas foi associada a 2% dos acidentes registados.

Com estas estatísticas, quando é que se toma, realmente, a sério a urgência de se reformular o sistema de ensino da condução, da concessão de cartas e da vigilância, pelas autoridades devidamente apetrechadas, das estradas portuguesas?

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Lápide sepulcral; sétima letra do alfabeto grego correspondente ao e longo dos latinos; costumar. 2 - Mourisco; germe (fig.); interj. que se emprega para excitar ou animar. 3 - Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; dor repentina; aqueles. 4 - Certamente; filho de burro e égua ou de cavalo e burra; calmo. 5 - Cair de novo; lítio (s.q.); criar ovos. 6 - Rumor contínuo produzido pela traqueia do gato; o espaço aéreo; unidade das medidas agrárias. 7 - Aquelas; terceira nota da escala musical; elogio; interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; designa dor (interj.). 8 - Vácuo; amerício (s.q.); vento brando. 9 - Ave parecida com a pomba; avenida (abrev.); criar fama. 10 - Levantaram; caminhar; o m.q. lírio. 11 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; carinho; a mim. 12 - Além disso; base aérea portuguesa; irisar. 13 - Órgão das plantas vasculares de fixação e absorção, normalmente subterrâneo; discurso; consentir.

**VERTICAIS:** 1 - Virtude; indivíduo que lava as terras. 2 - Grande massa de água salgada; curado; época. 3 - A unidade; existir; remoinho de água; grito alitivo. 4 - Maior; prep. que indica várias relações, como companhia, instrumento, ligação, modo, oposição, etc.; fileira. 5 - Bismuto (s.q.); excentricidade; patrão. 6 - Incriminar; malicioso. 7 - Designa alternativa; relação; bater com ara. 8 - Nome da letra I (pl.); reduza a pó molibdénio (s.q.). 9 - Grande vasilha para líquidos, de capacidade igual ou superior a duas pipas; altar cristão; sétima nota da escala musical. 10 - Danificação de qualquer natureza; aguçara. 11 - Composição poética de assunto elevado e destinada ao canto; suplicar; índio (s.q.). 12 - Espaço de 12 meses; como assim? (interj.); baixo. 13 - A si mesmo; ovário dos peixes; doença; sori. 14 - Camareiro; espécie de sapo da região do Amazonas; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina. 15 - Acto de rastrear; dele.

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Túmbar; clar; usar. 2 - Molru; ovo; clar; cia. 3 - Em; gubnada; os. 4 - Masi; mlt; sereno. 5 - Recariz; lã; ovar. 6 - Ronrom; ar; are. 7 - As; mlt; loaz; oht; ul. 8 - Vao; Am; aragem. 9 - Rolaz; Av; alamar. 10 - Alaram; tr; lã. 11 - Det; amoroza; me. 12 - Ora; OVA; hãr. 13 - Raiz; oro; anuir. VERTICAIS: 1 - Bem; lavador. 2 - Mart; sãot; era. 3 - Um; set; olã; ai. 4 - Mort; com; ala. 5 - Bit; mania; amo. 6 - Arguir; maroto. 7 - Ora; rã; varar. 8 - Is; moa; Mo. 9 - (Det); rogar; In. 10 - Avariz; alãra. 11 - (Det); rogar; In. 12 - Amo; hem; van. 13 - Set; ova; mlt; rã. 14 - Ato; ariz; rã. 15 - Rãstreio; seu.

## Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Vão-se aproximando o Natal e o fim de 2001, e eis mais um relatório sobre a «ignorância» dos jovens portugueses – uma publicação da OCDE subordinada ao tema «Conhecimento e Habilidades [skills] para a Vida». Pressuposto: a «ignorância» dos futuros trabalhadores.

E a Comunicação Social fez o que pôde. Aliás, em acordo com os progressos registados na opinião pública relativamente à análise desta temática, em muitos casos o tratamento dado parece apresentar melhorias – pelo menos a um não especialista encartado nestas questões, como eu, contudo, um cidadão militantemente interessado.

E, tal como o terá declarado, a propósito, o ministro da Educação, também eu não me espantei absolutamente nada com os resultados. O contrário, sim, seria de espan-

professores portugueses ganham tanto!). Contudo, não é verdadeira esta afirmação (mas eles a darem-lhe, já é mania!). «Gastamos acima da média, e outra coisa não seria de esperar e de desejar», podem afirmar contraditores seus. «Mais um esforcinho para apanhar o pelotão da frente sempre custa mais algum dinheiro!» De qualquer modo, gasta-se por aluno o que se gasta em Espanha, mesmo, por cá, com um índice salarial mais baixo... e, também sabemos, com um custo de vida mais elevado no nosso país (esta comparação faz sempre jeito, sempre são os *nuestros hermanos*). E os EUA, que gastam o dobro por aluno e cujos resultados não estão muito acima dos da Espanha? E a Itália, que gasta muito mais que Portugal e cujos resultados são poucos melhores que os nossos? Bom, não, não vou continuar por esta via, quando

## Falácias da hipocrisia

tar. Já o director do «Público», JMF, não parece ser da opinião que se deva dizer achar-se normais tais resultados. Porque, escreveu mais ou menos ele, rebatendo em causas já de todos conhecidas não vamos a lado nenhum; agora, o necessário são as soluções para a catástrofe constatada. No entanto, parece-me a mim que a maior parte não conhece as razões e os que as conhecem parece não as conhecerem: quando muito, interiorizaram as suas películas superficiais e, na maior parte dos casos, ou por sentimento de culpa ou de vergonha, afastam os seus olhos da realidade, daquelas suas raízes nuas e cruas.

E a voz dos donos a sobressair: «Ainda por cima somos dos que mais gastamos em Educação» (se calhar os que mais gastamos? dava jeito poder afirmá-lo, não era? - os

não ainda acabo mais demagogo dos que os que pretendo criticar! Talvez, não sei.

E, como estamos nos custos, se queremos resolver este problema, não deve ser perdida a oportunidade para assacar o seu a seu dono: isto é, os elevados «custos de produção» no nosso país, da indústria aos serviços e administração pública, incluindo a Educação, derivam sobretudo de processos mal arquitectados e pior dirigidos - de «negócios» deficientemente implementados. À generalidade dos responsáveis empresariais e político-executivos cabe a maldade e a desonra desta situação. Porque os outros «agentes económicos», os dirigidos, têm provado a sua «excelência» (como se diz agora) nas outras partes do mundo. Tal como é bem sabido.

Continuando, e arriscando agravar o desagradamento de JMF (contudo, o mais certo é ele não vir a ler este escrito), deve ser lembrado o facto de seguirmos, também por outro lado, a sofrer da «pesada herança» (lá tinha que tomar esta expressão!). É que é preciso trazê-la à colação para poder-se imaginar o período de tempo que se levará até conseguirmos scores semelhantes a países como, nomeadamente, a Irlanda (o exemplo da moda). Para tal, lembre-se que eles, os irlandeses, começaram a alterar a sua situação educativa ainda nos anos «sessenta». Por cá, era o tempo de Salazar / Caetano, para os que já se esqueceram ou não o chegaram a saber.

Com efeito, há dez anos ainda só 50% dos jovens frequentavam o 9.º ano. E só agora é que esse índice chegou a valores próximos dos 100%. Quer dizer, o ensino básico obrigatório de nove anos é um facto muito recente no nosso país. Só a seguir ao 25 de Abril é que foi iniciada a passagem de 4 para 9 anos de escolaridade obrigatória. É mau o que se passa hoje, mas, ao menos parcialmente, deverá ser considerado uma doença de crescimento do sistema de ensino e, em geral, para o conhecimento das matérias aí ministradas, do conjunto da sociedade.

Pois é. Mudar a situação sobre os «Conhecimentos e Skills para a Vida» - nomeadamente para o trabalho na Economia -, conhecimentos, na nossa época, bem oleados em Ciência & Tecnologia, requer bem entender os efeitos do passado sobre o presente e sobre o futuro.



## Cartoon

• Monginho



## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Actual

I  
Nunca me lembro de uma tarde clara.  
Nunca me lembro de um amanhecer  
de um dia que, vestido de prazer,  
trouxesse a doce luz que em nós repara.

À noite, era no sonho da seara  
o constante invisível não saber  
da real matéria na raiz do ser  
da convivência, mesmo cara a cara.

Porém, a cada passo renascia  
debaixo dos meus pés o haver um dia  
feito de asa, luar, pétala e ouro.

Tanto que, mesmo a tiro numa estrada  
morto, mantive sempre a mão fechada  
para guardar o mapa do tesouro.

II  
Pois foi. Da esperança nunca desisti.  
A mão me decepassem, outra mão  
logo outra e outra entravam em acção.  
Eu fui também aquele javali

que às vezes, com furioso frenesi,  
abria túneis sob o paredão  
e assaltava os domínios do sultão.  
Eu, que era um pobretana, enriqueci.

Tomei as jóias do Ali Babá  
usando, sabiamente, a chave já  
sonhada pela gente de Espartaco.

Garimpei, garimpei noites a fio.  
Anos a fio. À fome, à febre, ao frio.  
Mas resultou, caramba! Enchi o saco.

III  
Socorro! Fui roubado em plena estrada  
de dia, e a um domingo, dia santo  
com palavras cruéis, até o manto  
me deitaram à lama da enxurrada!

Minhas catorze pérolas, as imensas  
catorze manhas puras, os catorze  
custosos pães se foram com o alforje  
e os catorze barris de águas suspensas!

Meus catorze diamantes que troquei  
por meu sangue, os catorze anéis preciosos  
os catorze colares amorosos  
me roubaram sem pejo! Aqui d'el rei!

«Não choramingues – disse a Voz serena –  
pobre de quem tem de si próprio pena.»

IV  
«Não choramingues – disse a Voz – e nem  
te ponhas a ti fora da questão.  
Ladrões, haverá sim, mas o ladrão  
principal não estará, repara bem,

dentro de ti? E não serás tu quem  
mais te assalta e te leva, grão a grão,  
jóias que do teu corpo feitas são  
e a ti te chamam dono, e a mais ninguém?

Não choramingues. Está cheio o mar  
de estrelas. Volta, volta a esgravatar  
com as unhas mais fortes, mais actuais

e abrir o novo túnel do futuro.  
Então verás que as jóias, eu te juro,  
catorze não virão, mas muitas mais.»

ATVer



Em *A Imperatriz Vermelha*, Marlene Dietrich voltaria a ser uma mulher dissoluta, só que imperatriz...

### A Imperatriz Vermelha

(Sexta-feira, 28.12.01, RTP-2)

*A Imperatriz Vermelha*, feito em 1934 por Josef von Sternberg também com a sua «diva» Marlene Dietrich, continua a fascinar pela sua concepção plástica, a concepção do *mise en scène*, a suntuosidade dos *décor*s e o milimétrico controlo da imagem. Aliás, Sternberg contou com a colaboração do escultor suíço Ballbush e do pintor alemão Kollorz para a criação do autêntico delírio barroco deste filme, hoje reconhecido como uma das obras mais notáveis da associação de Sternberg com Marlene. A história é a de Catarina da Rússia, a Grande, e com ela Sternberg ajustou algumas contas com a censura, que o havia proibido de pôr novamente Marlene no papel de prostituta: em *A Imperatriz Vermelha*, Marlene voltaria a ser uma mulher dissoluta, só que imperatriz...

### O Costa do Castelo

(Sexta-feira, 28.12.01, RTP-1)

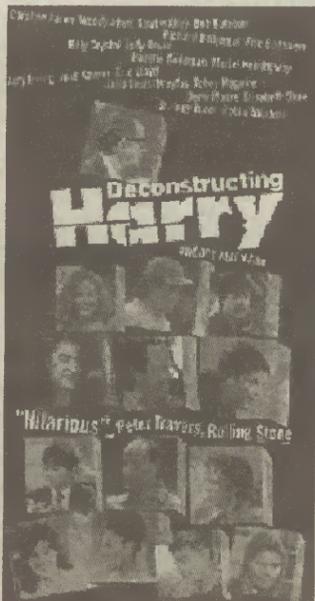
*O Costa do Castelo* é um dos filmes mais conhecidos, vistos e aclamados de Artur Duarte, um dos cineastas de proa do período da chamada comédia populista do cinema português. Trata-se



Em *O Costa do Castelo* brilha, com particular fulgor, esse grande comediante que era António Silva



*Sarilhos em África*, um quadro desconcertante e mordaz sobre os problemas em África no rescaldo do colonialismo



*As Faces de Harry* é mais um engenhoso pretexto para Woody Allen percorrer um brilhante universo de sarcasmos e ironias

alheias, que é encarregado de estabelecer boas relações com um político local manifestamente corrupto e manipulador. Com um bom naipe de actores, onde ressalta Sean Connery (no inesperado papel de um médico branco radicado em África), a par de Joanne Walley-Kilmer, Louis Gossett Jr., John Lithgow e Diana Rigg.

### Fim-de-Semana com o Morto

(Domingo, 30.12.01, RTP-1)

*Fim-de-Semana com o Morto* é uma tresloucada e hilariante comédia sobre as atribuições de dois rapazes que vão passar o fim-de-semana a casa do patrão e o encontram morto, pelo que se lançam numa burlesca encenação para dar uma aparência de vida ao morto e, assim, não perderem o fim-de-semana de paródia que haviam previsto. Destaque para Andrew McCarthy e Jonathan Silverman nos principais papéis e, sobretudo, para o impagável Terry Kiser personificando o cadáver ambulante.

### As Faces de Harry

(Segunda-feira, 31.12.01, RTP-2)

Em *As Faces de Harry*, Woody Allen é um escritor de sucesso que atravessa um bloqueio criativo. Neurótico, detestado e detestável, obtém sucessos literários usando e abusando de toda a gente que conhece – mulheres, amigos, família – cujas vidas descreve, manipula, reinventa e subverte nos seus livros. Deste modo é detestado pelas suas três mulheres, pelos seus seis psicanalistas, amigos e familiares, chegando ao ponto de não encontrar ninguém para o acompanhar a uma homenagem que lhe é

dada pela sua antiga universidade donde, de resto, fora expulso. Acaba por aparecer na companhia de uma prostituta que contratou, de um amigo que apanhou pelo caminho e do filho que sequestrou. Que mais dizer? É um filme de Woody Allen, onde tudo isto é orquestrado de forma surpreendente, num trabalho recheado de complexidades técnicas, constituindo-se em (mais) um engenhoso pretexto para Woody percorrer um universo de sarcasmos, cinismos, ironias e saborosas observações sobre vários dos seus temas favoritos, como o amor, a vida, a morte, a religião e ele próprio. Notável, entretanto, é a longa lista de intérpretes conhecidos que entram nesta fita, onde destacamos os nomes de Billy Crystal, Demi Moore, Richard Benjamin e Robin Williams, além do próprio Woody Allen, é claro.

### Uma Questão de Nervos

(Terça-feira, 1.01.02, RTP-1)

*Uma Questão de Nervos* é uma hilariante e inteligente comédia de Harold Ramis, que junta dois talentosos actores – Billy Crystal e Robert De Niro – num delirante duelo de bom humor. O primeiro, é psicanalista e lamenta-se de uma vida sensaborona e sem emoções; o segundo, é um perigoso gangster com uma aguda crise de ansiedade. Quando o gangster se torna, à força, paciente do psicanalista, a vida deste transforma-se numa alucinante montanha-russa de emoções. Com um excelente trabalho também a nível dos diálogos, o filme explora com grande ironia o inevitável choque de culturas, comportamentos e códigos morais entre dois homens que vivem em mundos totalmente inconci-

Sexta, 28

#### ▼ RTP 1

07.30 Hora Viva  
09.30 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.20 Vidas de Sal  
15.50 A Senhora das Águas  
16.55 Emoções Fortes  
18.10 Pedra sobre Pedra  
19.30 Quebra Cabeças  
20.00 Telejornal  
21.15 Lá em Casa Tudo Bem  
22.00 «O Costa do Castelo» (de Artur Duarte, Port/1943, com António Silva, Milá, Curado Ribeiro. Ver Destaque)  
00.30 Paraíso Filmes  
01.00 Serviço de Urgência  
02.00 24 Horas  
02.20 Imagens

#### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 Retratos:  
«António Variações»  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Pontos de Fuga  
19.30 Nós e os Animais  
20.00 Quem Sai aos Seus  
20.30 3.º Calhau  
a Contar do Sol  
21.00 Os Hughleys  
21.30 Jornal 2  
22.30 Acontece  
23.00 História da Música Popular (3)  
24.00 «A Imperatriz Vermelha» (de Josef von Sternberg, EU/1934, com Marlene Dietrich, John Lodge. Ver Destaque)

#### ▼ SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.15 A Próxima Vítima  
16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Futebol: Taça de Portugal  
23.00 O Clone  
24.00 Noites Marcianas  
02.30 Espaço Cinema  
03.15 «O Terceiro Tiro» (EUA/1955, com Edmund Gwenn, Shirley MacLaine, John Forsythe. Comédia)

#### ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
15.10 Chiquititas  
16.15 Animação Juvenil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Anjo Selvagem  
21.30 Filha do Mar  
22.45 Nunca Digas Adeus  
23.30 Big Brother  
01.45 «A Chacina dos Inocentes» (de James Glickenhaus, EUA/1993, com Scott Glenn. «Thriller»)  
03.45 Top Rock



Mais um grande arquitecto português no Artes & Letras de domingo: Souto Moura, com obra notável na recuperação e nos equipamentos urbanos, como este mercado de Braga

Na passagem de ano, a RTP volta a brindar do Casino Estoril...

... e a SIC da tenda de Herman

Por seu lado, a TVI não faz festas sem os seus big brothers

Sábado, 29

#### ▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top+ (especial Ano 2001)  
15.30 «O Águas» (de Frank Coraci, com Adam Sandler, Kathy Bates. Comédia)  
17.30 «Sarilhos em África» (de Bruce Beresford, EUA/1993, com Colin Friels, Joanne Walley-Kilmer, Sean Connery, John Lithgow. Ver Destaque)  
20.00 Telejornal  
21.15 Futebol: Taça de Portugal (Resumo)  
21.45 Sábado à Noite  
23.15 Teatro  
«Há Petróleo no Beato»  
01.15 24 Horas  
01.35 «Adeus, Meu Amor» (de Randall Fontana, EUA/1999, com Gabrielle Fitzpatrick. «Thriller»)

#### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
12.00 Iniciativa  
14.00 O Melhor do Cosmos (II)  
15.00 Desporto 2  
19.00 Horizontes da Memória  
19.30 Bombordo  
20.00 Verdaderamente Insólito  
20.30 Por Outro Lado  
21.30 Jornal 2  
22.30 O Lugar da História «A Acrópole»  
23.30 Britcom  
00.30 Artes de Palco  
Recital: Gala Verdi  
03.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

#### ▼ SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Mundo VIP  
14.30 Walter, o Ranger do Texas  
15.30 «Querida, Encolhi os Miúdos» (de Joe Johnson, EUA/1989, com Rick Moranis. Comédia)  
17.45 «Os Miseráveis» (de Billy August/1998, com Liam Neeson, Uma Thurman, Geoffrey Rush. Drama)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Futebol: Taça de Portugal  
23.00 O Espírito da Lei  
24.00 «Corrida Contra o Futuro» (Longa-metragem)  
02.15 Porkys (de Bob Clark, EUA/1981. Comédia)  
04.40 Grande Jogo

#### ▼ TVI

08.30 Chiquititas  
09.00 «O Rapaz Surfista» (de Steven Boyum, EUA/1999, com Brandon Baker, Kristen Storms)  
10.50 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.30 «Libertem o Willy I» (de Simon Wincer, EUA/1993, com Jasin James Richter, Lory Petty. Aventura)  
17.30 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Filha do Mar  
22.00 Survivor  
23.45 «A Confissão» (de David Jones, EUA/1999, com Alec Baldwin, Ben Kingsley, Amy Irving. «Thriller»)  
01.45 «A Verdadeira História de Bommy» (de Gary Hoffman, EUA/1992, com Dana Ashbrook, Norman Bennett. «Thriller»)  
03.30 Pensacola II



Domingo, 30

#### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.30 Planeta Azul  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Made in Portugal  
15.15 «Fim-de-semana com o Morto» (de Ted Kotcheff, EUA/1989, com Jonathan Silverman, Catherine Mary Stewart. Ver Destaque)  
18.00 «Missão Quase Impossível» (de Pat Proft, EUA/1998, com Leslie Nielsen, Richard Crenna, Kelly Le Brock. Comédia)  
19.30 Contra-Informação (Revista do Ano)  
20.00 Telejornal  
21.15 Danza Café  
22.30 Herman Enciclopédia  
23.30 «Chamavam-lhe Frei Edgar» (de Arne Glimcher, EUA, com Bob Hoskins, António Banderas, Ellen Barkin. Comédia)  
01.15 24 Horas  
01.35 «Com Jeito Vai... Inglaterra» (de Gerald Thomas, G. Brte, com Kenneth Connor. Comédia)

#### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
10.30 Missa  
11.30 Horizontes da Memória  
12.00 Palácio de Cristal  
13.00 Turma das Ciências  
13.30 Clube da Europa  
14.00 Desporto 2  
18.00 Instintos Primários  
19.00 Onda Curta  
19.30 Artes e Letras  
«Eduardo Souto Moura, Arquitecto»  
20.30 Serviço Público  
21.30 Jornal 2  
22.30 Travessa do Cotovelo  
23.34 Sinais do Tempo  
00.45 2010

#### ▼ SIC

08.00 SIC a Abrir  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Campo de Férias» (de Jonathan Prince, EUA/1994, com Jonathan Jackson, Christopher Loyd. Comédia)  
16.00 «Trapalhões na Política» (de Penelope Spheris, EUA/1996, com Chris Farley, David Spade. Comédia)  
18.15 «Seis Dias, Sete Noites» (de Ivan Reitman, EUA/1998, com Harrison Ford, Anne Heche. Aventura)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Maluco do Riso  
21.30 A Minha Família É uma Animação  
22.30 Herman SIC  
01.00 «Porkys II» (de Bob Clark, EUA/1982. Comédia)  
03.15 «Rapariga Dourada» (Longa-metragem)  
04.45 Fronteiras Eróticas

#### ▼ TVI

08.30 Chiquititas  
09.10 «Um Cowboy de Beverly Hills» (de Chad Hayes, EUA/1999, com Joey Lawrence. Comédia)  
11.00 Cerimónias Religiosas  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Lux  
14.45 Survivor  
16.30 Cleópatra (mini-série)  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Filha do Mar  
21.40 «O Casamento do Meu Melhor Amigo» (de P.J. Hogan, EUA/1997, com Julia Roberts, Dermot Mulroney, Cameron Diaz, Robert Everett. Comédia)  
24.00 Big Brother  
01.15 Os Médicos

Segunda, 31

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Mr. Bean  
15.00 «Você Tem uma Mensagem» (de Nora Ephron, EUA/1998, com Tom Hanks, Meg Ryan, Jean Stapleton. *Comédia*)  
17.30 «Milagre no Campo de Golfe» (de Michael Switzer, EUA/1999, com Robert Ulrich, Meredith Baxter. *Drama*)  
20.00 Telejornal  
21.15 Lá em Casa Tudo Bem  
22.00 Sorte Grande  
23.00 Fim de Ano 2001 (Casino Estoril)  
01.00 Porto Cantado  
01.45 «O Veterano, o Habilidoso e o Caloiro» (de John Swanbeck, EUA/1999, com Kevin Spacey, Danny De Vito, Peter Facinelli. *Drama*)

## ▼ RTP 2

13.00 O Lugar da História  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Planeta Azul (Rep.)  
19.30 Programa não Designado  
20.00 Quem Sai aos Seus  
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
21.00 Os Hughleys  
21.30 Jornal 2  
22.30 Concerto: Quinteto de George Shearing  
24.00 «As Faces de Harry» (de Woody Allen, EUA/1997, com Woody Allen, Caroline Aaron, Kristie Alley. *Ver Destaque*)  
01.50 Duas Vozes

## ▼ SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Cábulas à Solta» (de Hart Bichner, EUA/1994. *Comédia*)  
16.00 «Cidade Louca» (de Costa-Gravas, EUA/1997, com John Travolta, Dustin Hoffman. *Drama*)  
18.00 A Padroeira  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Clone  
22.30 Herman SIC  
Fim de Ano  
01.15 «Meninas dos Meus Sonhos» (Longa-metragem)  
03.00 «Desejos na Internet» (de Marc Riva, 1999. *Erótico*)  
04.45 «Sexy Dancing» (Longa-metragem. *Erótico*)

## ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
10.45 Big Brother  
12.00 Nunca Digas Adeus  
13.00 TVI Jornal  
14.00 «Amigos e Detectives» (de Roger Spottiswood, EUA/1989, com Tom Hanks, Marc Wainwright, Craig T. Nelson, Scott Paulin. *Comédia*)  
16.00 «O Homem que Sabia de Menos» (Longa-metragem)  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Big Brother  
01.15 «A Escrava do Prazer» (Longa-metragem)  
03.20 Desafio Total



Terça, 1

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Mr. Bean  
14.20 Querido Pai Natal  
15.00 Concerto de Ano Novo Viena de Áustria  
17.30 «Uma Questão de Nervos» (de Harold Ramis, EUA/1999, com Billy Cristal, Robert De Niro, Lisa Kudrow. *Ver Destaque*)  
20.00 Telejornal  
21.15 Mensagem de Ano Novo do Presidente da República  
21.30 Lá em Casa Tudo Bem  
22.00 Um Estranho em Casa  
23.00 «Um Peixe Chamado Wanda» (de Charles Crichton, G.Br./1987, com John Cleese, Jamie Lee Curtis, Kevin Kline. *Comédia*)  
01.00 Concerto do Vaticano

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
10.00 Missa de Ano Novo  
12.30 Onda Curta (Rep.)  
13.00 «Johnny e Clyde» (de William Bindley, EUA/1995, com Michael Rooker, John White. *Comédia*)  
15.10 «Sabrina, a Feiticeira» (de Tibor Takaos, EUA/1996, com Melissa Joan Hart, Sherry Miller. *Comédia*)  
16.50 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 «O Fantasma de Canterville» (de Sidney MacCartney, EUA/1996, com Patrick Stewart e Neve Campbell. *Fantástico*)  
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
21.00 Os Hughleys  
21.30 Jornal 2  
22.30 Concerto de Natal no Scala de Milão  
23.30 «Feios, Porcos e Maus» (de Ettore Scola, It./1976, com Nino Manfredi, Maria-Luisa Santanella. *Comédia*)  
01.30 Duas Vozes

## ▼ SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «My Date With President Daughter» (de Alex Zamm, 1998, com Dabney Coleman, Will Friedle, Elizabeth Harnois. *Comédia*)  
16.00 «Beethoven» (de Brian Levant, 1992, com Charles Grodin, Bonnie Hunt. *Comédia*)  
18.00 «Forças da Natureza» (Longa-metragem)  
18.30 New Wave  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Mar É Azul  
22.00 «Beethoven II» (de Rod Daniel, 1993, com Charles Grodin, Bonnie Hunt. *Comédia*)  
24.00 Longa-metragem  
02.15 «Desejo Apaixonado» (*Erótico*)  
03.30 «Beldades Secretas» (*Erótico*)  
05.00 «Aquecimento Central» (*Erótico*)

## ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
11.00 Missa  
13.00 TVI Jornal  
14.15 «Dave, Presidente por um Dia» (de Ivan Reitman, EUA/1993, com Kevin Kline, Sigourney Weaver. *Comédia Dramática*)  
16.30 Big Brother  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Filha do Mar  
23.15 «Homicídio Perfeito» (Longa-metragem)  
01.00 «Chamada para a Morte» (Longa-metragem)  
03.10 O Rei do Bairro  
03.40 As Feiticeiras

Quarta, 2

## ▼ RTP 1

07.30 Hora Viva  
09.30 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.20 Vidas de Sal  
15.50 A Senhora das Águas  
16.55 Emoções Fortes  
18.10 Pedra sobre Pedra  
19.30 Quebra Cabeças  
20.00 Telejornal  
21.15 Lá em Casa Tudo Bem  
21.45 Um Estranho em Casa  
22.45 Sociedade Anónima  
23.45 Andrómeda  
00.45 24 Horas  
01.00 «O Macaco de Ferro» (de Yuen Woo-Ping, H.Kong/1993, com Rongguang Yu. *Ação*)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 Por Outro Lado  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo (Rep.)  
19.30 Programa não designado  
20.00 Quem Sai aos Seus  
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol  
21.00 Os Hughleys  
21.30 Jornal 2  
22.30 Acontece  
23.30 Na Terra da Abundância  
00.30 «Gangsters Falhados» (de Mario Monicelli, It./1958, com Vittorio Gassman, Renato Salvatori, Marcelo Mastroianni. *Comédia*)

## ▼ SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.15 A Próxima Vítima  
16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.30 O Clone  
23.00 Miss Playboy  
00.30 Sobrevivente I (mini-série)  
02.30 Jerry Springer

## ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Big Brother  
12.00 Nunca Digas Adeus  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Crianças S.O.S.  
16.30 Batatou  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Filha do Mar  
22.30 Nunca Digas Adeus  
23.45 «O Homem Demolidor» (de Marc Bramilla, EUA/1993, com Silvester Stallone, Wesley Snipes, Sandra Bullock. *Ação*)  
01.45 Causa Justa  
03.35 O Rei do Bairro  
04.15 As Feiticeiras

## Nota:

A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

# TVisto

Correia da Fonseca

## No local do crime

Era o primeiro sábado depois das eleições autárquicas, o que significa que se estava ainda em pleno rescaldo das eleições autárquicas e, mais ainda, da demissão de António Guterres. A RTP entendeu que era o momento de no seu Telejornal fazer duas entrevistas com carácter de urgência e, com elas, inclino-me eu a crer que deu largas aos seus mais profundos sentimentos em matéria de política interna. Isto porque, bem se sabe, a RTP tem sentimentos, e nessa matéria até se tem mostrado de uma impressionante constância. Parece que foi ontem que, ainda no primeiro semestre de 74, um seu alto funcionário repetia que «isso do 25 de Abril não entra aqui». Com as inevitáveis diferenças, é claro, às vezes com forçadas transigências apenas de superfície e aparência, a RTP bem poderia, se o quisesse, cantarolar um estribilho que foi popularizado antes de Abril por uma atriz de revista cujo nome mais



vale esquecer: «Eu sou a mesma!» Pois é, e se as próximas eleições legislativas tiverem resultados obedientes à tácita indicação de voto que, a julgar pelo que já se vê e ouve, a RTP se propõe dar aos eleitores dia após dia, a pobrezinha vai poder revelar ao País os seus verdadeiros sentimentos. Mesmo se entregue aos poderes privados, como o dr. Durão já ameaçou, ou melhor, sobretudo nesse caso. Pois, como ia dizendo, nesse primeiro sábado seguinte às autárquicas a RTP fez o gosto não ao dedo mas à alma e fez duas entrevistas que, se bem adivinho, o coração lhe pedia. A primeira, mais breve, feita numa rua e à maneira peripatética, foi com um engenheiro que, para meu desconforto, tem um dos meus apelidos mas garanto não ser meu parente, nem mesmo afastado. Eu compreendo a estratégia erretépaica, que aliás não é de difícil entendimento: não basta retirar visibilidade aos excomungados, é preciso dar visibilidade aos que entre eles foram tocados pelas Convicções. Convenientes e estão dispostos a colaborar com o Bem. Suponho que, já com câmaras e microfones desligados, lá pela RTP se celebre um sumário Te Deum de agradecimento aos Céus por providenciarem haver quem se preste a ações tão positivas e de tanta superior virtude: não é fácil encontrar quem se disponha a tanto; que se possam contar assim de

longe são dois ou três. Mas há-os. É garantido que vão ficar na História ao lado de outros nomes, poucos mas inesquecíveis.

## A vociferação do sábio

A segunda das entrevistas incluídas no mesmo serviço noticioso da RTP foi com Aníbal Cavaco Silva e realizou-se digamos que com mais assento: entrevistado e entrevistador sentadinhos no estúdio, com mais vagar, embora naturalmente sem todo o tempo que seria necessário para que o professor expendesse toda a profundidade do seu pensamento. O senhor professor é, como se sabe espantosamente sábio, e isso é uma coisa que se percebe logo pelo modo como fala, com a ênfase própria de quem tem consciência a imensa sabedoria colhida nos tratados do Neoliberalismo Triunfante e Eterno. Tanta e tão completa é a sapiência de Cavaco que, com perdão da imagem, como que lhe escorre da boca enquanto fala com aquela colocação de voz gutural típica dos maus actores ou de uma vaidade tão grande que nem permite que a si própria se enxergue. Esta curiosa característica talvez desvalorizasse um pouco as suas intervenções se ele não surgisse como uma espécie de ser intermédio entre o Mestre e o Destino. Ora, é claro que ninguém pode esperar que o Destino fale com voz de gente.

Como de Costume, Cavaco pregou as Grandes Verdades sem se dar ao trabalho de as justificar perante a arraia-miúda que somos todos nós: era o que faltava, que se sujeitasse a tanto! Mas quem o conhece, entende-o. Quando falou, por duas vezes em poucos minutos, no Descalabro Financeiro, a gente sabe que ele não está a querer aconselhar a que se cortem as benesses imoralíssimas que o PS concedeu à Banca e à generalidade do grande capital financeiro, está a abrir caminho para mais «contenções salariais» mais privatizações no sector da Saúde, mais entregas de sectores lucrativos à grande iniciativa privada, destruição do que subsiste de defesa dos trabalhadores na legislação laboral que é preciso «flexibilizar», e assim por diante. O senhor professor sabe o que quer para o País. Nós também sabemos. Nós também sabemos, mas ainda assim eu irrito-me como se me surpreendesse. Assim, quando ele falou dos prejuízos da RTP, eu lembrei-me, irritado, que foi ele que para tais prejuízos decisivamente contribuiu ao extinguir a taxa que permitia à RTP defender-se um pouco da chantagem publicitária que acabou por reduzi-la à triste coisa que é hoje. Isto é: lembrei-me de que ele era como um criminoso que estava, agora ali, no local do crime e o deplorava. Pensei depois que aquele era também local de outros crimes, recordei a entrevista anterior. Não gostei. Refugiei-me na esperança de que muitos outros vissem, percebessem, não gostassem. E soubessem recusar.

## A talhe de foice

• Anabela Fino

# Caminhos

«Terá o PCP capacidade para fazer a sua revolução cultural, mudar de rostos e de nomes e aparecer como um partido da esquerda moderna, sem que se entenda por 'esquerda moderna' a defesa dos valores e das orientações da direita moderna?» A pergunta, de Eduardo Prado Coelho (EPC), apareceu antontem numa crónica onde, com a maior candura, o autor começa por reconhecer que ainda está por inventar a ideia de «novo» que se pede à esquerda. A dúvida de EPC, estamos em crer, é apenas metódica. Vejamos: em primeiro lugar, a existência de uma direita moderna não lhe suscita dúvidas, mas o mesmo não se passa em relação à esquerda moderna, nem mesmo no que se refere ao Bloco de Esquerda, simpático mas insuficiente, como os seus resultados eleitorais; em segundo lugar, embora afirmando taxativamente que «não há quem saiba hoje o que é 'a verdadeira esquerda moderna'», EPC não hesita em dizer que «não haverá esquerda viável que não passe pelo Partido Socialista», indo mesmo ao ponto de explicitar, entre parêntesis, que se refere ao PS «tal como ele é e tal como nós gostaríamos que fosse»; em terceiro lugar, EPC classifica de sinais positivos o aparecimento de personagens que sendo do PCP já o não parecem ser; e, finalmente, o cronista considera que chegámos à situação em que «nos precisamos de partir e de nos repartir para podermos voltar a partir com outra visão das coisas». Confuso? Talvez. Mas se pensarmos que EPC não questiona o facto de a direita, moderna que seja, continuar a defender os seus valores; desconhece o que possa ser modernizar a esquerda sem cair na defesa dos valores da direita; valoriza as prestações dos que já não parecem ser o que dizem ser; acha que não é viável uma esquerda sem um PS que tal como é não é de esquerda; e diz que no dividir é que está o ganho, fácil se torna concluir que para EPC não há dúvida nenhuma, o necessário é que o PCP mude e se mude para a direita, isto é, de acordo com os seus conceitos, para a viabilidade, ou seja, para o PS.

Na verdade, o que preocupa EPC não são as políticas de direita dos que se dizem da esquerda, mas os maus resultados eleitorais dessa «esquerda viável». O que inquieta EPC não é que a esquerda pague a factura das políticas de direita feitas em seu nome, mas que exista um partido capaz de denunciá-lo e de se manter fiel aos princípios intrínsecos da esquerda. O que perturba EPC é que haja quem não se venda e rejeite servir de muleta, em nome da esquerda, à política de direita. Daí os apelos à «renovação», seja isso o que for, e os incentivos à divisão... do PCP.

Na «esquerda viável» há certamente lugar para muita gente. O que não se vislumbra é sinal dessa tal modernidade, mas também não admira. Como diz EPC, andam todos à procura de «caminhos e hipóteses». A dúvida, metódica, que se nos coloca, é a de saber se por este caminho se chega a algum lado. Se a direita existe e as consequências da sua política estão à vista, então não devia haver dificuldade em perceber que o caminho não é por aí. O caminho da esquerda, naturalmente.

## Carlos Carvalho envia mensagem de fim de ano Às comunidades portuguesas

O secretário-geral do PCP dirigiu às comunidades portuguesas, e principalmente àqueles emigrantes que vivem em situações de exclusão social, uma mensagem de fim de ano na qual exprime profunda solidariedade:

«As festas de fim de ano, propiciam o reencontro de muitas famílias, nomeadamente entre os emigrantes com os seus familiares e amigos.

«Gostaria nesta ocasião de me dirigir em primeiro lugar às Comunidades Portuguesas que vivem situações de exclusão social e às que são vítimas de violência, em particular aos que vivem na Venezuela, África do Sul e Angola, a quem exprimo a minha profunda solidariedade.

«Não cabendo ao Governo Português uma responsabilidade directa nas questões de criminalidade vividas na África do Sul, a sua intervenção no apoio à comunidade portuguesa que ali reside é também da sua responsabilidade. Por isso o PCP tem proposto e reafirma a necessidade de adaptar a estrutura consular com meios humanos e materiais, capaz de prestar o necessário apoio

social às vítimas e suas famílias.

«Também em matéria de exclusão social, o Governo não tem dado a devida resposta, como é disso exemplo, o caso do programa ASIC (Apoio Social a Idosos Carentes) que, quer pelo valor das verbas atribuídas quer pelo excesso de burocracia no processo, implicam a injusta exclusão de inúmeras pessoas deste apoio.

«Em todas estas questões o PCP tem intervindo com responsabilidade e de forma construtiva, nomeadamente através da apresentação de um projecto de lei que visa a criação de um fundo apoio social mais abrangente aos emigrantes carenciados.

«O Conselho das Comunidades Portuguesas marcou também a agenda da emigração durante este ano que agora finda. Infelizmente, continuamos a assistir ao empenho do Governo no boi-



cote ao normal funcionamento e autonomia deste importante órgão da diáspora. Sobre esta matéria o PCP foi até agora a única força política a apresentar propostas na Assembleia da República, por forma a desbloquear o impasse criado pelo Governo e que condenou o CCP à sua paralisação.

«Mantendo a coerência entre o discurso e a prática, o PCP apresentou uma série de propostas de alteração ao Orçamento de Estado, que visavam um maior apoio às Comunidades Portuguesas, em áreas como o ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, funcionamento do CCP, processo eleitoral e a realização de um censo

nas comunidades portuguesas. Propostas que infelizmente e com prejuízo para a nossa diáspora não mereceram o apoio do Partido Socialista, e, lamentavelmente, as nossas propostas relativamente ao ensino do português no estrangeiro também foram recusadas pelo PSD.

«No seu interesse em melhor defender as Comunidades Portuguesas, o PCP lançou um conjunto de actividades, a decorrer durante o presente e o próximo ano, intituladas Emigração e Comunidades Portuguesas no Século XXI, que visam a realização de um estudo aprofundado sobre as temáticas da emigração, que por sua vez contribua na construção de respostas aos problemas identificados. Gostaria de o convidar a participar connosco neste desafio.

«Reafirmando o empenho do PCP na defesa da diáspora portuguesa, desejo a todos um feliz Natal e um feliz ano novo.»

## Sindicalista agredida

Uma dirigente sindical da Cateringpor, empresa abastecedora de refeições para os aviões da TAP, foi agredida por um representante da empresa durante a greve – originariamente decretada para durar 48 horas, entre os dias 21 e 22 – que os trabalhadores levavam a cabo, exigindo melhores salários e condições de trabalho.

Desde o início da greve, que foi aumentada até às 23 horas do dia 29, que a administração «intensificou o clima de repressão que existe, trocando ilegalmente horários e folgas dos trabalhadores, obrigou ao prolongamento dos horários, impediu que os piquetes de greve exercessem as suas funções, mandou filmar os trabalhadores em greve» e arregimentou um batalhão de seguranças «no sentido de tentarem esvaziar os efeitos da luta dos trabalhadores, através da intimidação e de um eventual confronto físico», acusou a FESAHT, Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo, que repudiou o sucedido e exigiu prontamente o cumprimento da legalidade na empresa e o fim das «revistas humilhantes» aos trabalhadores.

O sindicato afirmou ainda que «não deixará passar em branco as violações e agressões cometidas», prometendo agir junto das entidades competentes.

## IGT acusa empresa por morte de trabalhadores

A Inspeção-Geral do Trabalho acusou a empresa SOPOL, SA de irresponsabilidade e negligência no acidente que vitimou cinco trabalhadores – três brasileiros e dois guineenses – no passado dia 12, nas obras de um viaduto da auto-estrada Lisboa-Algarve, perto de Almodôvar, que o *Avante!* noticiou na sua última edição.

Provada a responsabilidade, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul exige que o Ministério Público «proceda à acusação criminal da empresa SOPOL, SA envolvendo como responsável solidária a BRISA, SA, na qualidade de dono da obra».

A acusação à BRISA prende-se com a falta de coordena-

ção e acompanhamento dos trabalhos, no que respeita à fiscalização e implementação das normas legais e regulamentares sobre Prevenção e Segurança no Trabalho, as quais, segundo o sindicato, serão obrigatoriamente de constar no Plano de Segurança.

O STCMMS, filiado na CGTP-IN, destacou, no seu comunicado, o facto da Inspeção-Geral do Trabalho ter confirmado as causas por si apontadas desde a primeira hora e defendeu, em concordância com a IGT, o cancelamento do alvará à empresa responsável.

Apesar da recente posição sobre o sucedido, a IGT também não se encontra livre de

responsabilidades, pois, segundo o comunicado que o sindicato emitiu no próprio dia do acidente, esta não cumpriu com as suas obrigações de fiscalização. A prová-lo está o elevado número de trabalhadores imigrantes em situação ilegal presentes na obra e as condições de elevado perigo em que decorriam as operações de betonagem. Desde Julho que o sindicato vinha chamando a atenção da IGT para a «situação social deplorável» que se vivia na obra e não tinha recebido até ao dia do acidente – mais de cinco meses depois – qualquer resposta por parte da instituição responsável pelo cumprimento das normas e da legislação laboral.

## Motoristas dos correios em greve

Na véspera de Natal, as caixas de correio estiveram vazias, na sequência da greve dos trabalhadores dos transportes postais, decretada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, que contou com uma adesão da ordem dos setenta por cento. Os trabalhadores – que já tinham estado em greve na sexta-feira anterior – reivindicam melhores condições de trabalho, lutando pela mudança de grupo profiss-

sional, pois são tratados como carteiros sendo, na prática, motoristas, como afirmou à Lusa o secretário-geral do SNTCT, Vítor Narciso.

Os trabalhadores exigem também o fim das concessões de carreiras dos transportes postais a empresas privadas e que as principais carreiras já entregues sejam devolvidas aos CTT.

A situação de caos nos serviços prestados pela empresa – criada pelas greves – são, para

o sindicato, da exclusiva responsabilidade do conselho de administração da empresa, que foi irredutível em não resolver questões laborais «que podem desbloquear o conflito» existente.

Esta luta contará com mais acções, como plenários e greves em diversos pontos do País, e só será travada «se a administração dos CTT tiver a capacidade de, pelo menos uma vez, fazer bem o trabalho pela qual é remunerada», afirma o sindicato.

